

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LORRANE YAMADA

**O legado do Jenotdel para a emancipação das mulheres:
O papel ativo da mulher soviética na superação do patriarcado e da sociedade de classes**

Uberlândia

2025

LORRANE YAMADA

**O legado do Jenotdel para a emancipação das mulheres:
O papel ativo da mulher soviética na superação do patriarcado e da sociedade de classes**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Uberlândia
como requisito para obtenção do título de
bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Vieira Trópia

Uberlândia

2025

LORRANE YAMADA

**O legado do Jenotdel para a emancipação das mulheres:
O papel ativo da mulher soviética na superação do patriarcado e da sociedade de classes**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Uberlândia
como requisito para obtenção do título de
bacharel em Relações Internacionais.

Uberlândia, 29/09/2025

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Patrícia Vieira Trópia – INCIS

Profa. Dra. Lara Martim Rodrigues Selis – IERI

Profa. Dra. Jorgetânia da Silva Ferreira – INHIS

Nalu Faria, presente! Saffioti, presente!

Às mulheres rebeldes;

À primeira delas: Edileuza, mamãe.

AGRADECIMENTOS

À minha família: ao meu pai, Nelson, trabalhador incansável e o homem que mais admiro, que esteve conosco o quanto pode e sempre disse que “só o estudo muda a vida”; à minha irmã, Ludimila, e minha cunhada, Alana, pelas conversas e colaboração;

Ao meu namorado, Raphael, meu par, meu companheiro, sou grata pela sua humildade, amor e paciência; e minha sogra, Eliane, que juntos tornaram esse processo mais leve;

Às minhas amigas, que também foram rede de apoio, as gêmeas Paula e Roberta, minha companheira de casa no processo, e Magna; Ainda, aos demais colegas de IFTM, Lucas, Matheus e Érica, os guardo com muito carinho, bem como meus ex-professores que acreditavam em mim e sempre me incentivaram muito, obrigada, Nei, Lara, Tati, Cris, Reginaldo e Joana El Jaick, que foi referência fundamental para este trabalho;

Aos amigos Wilson, Eric e Pedro V., Pedro B., Pedro L. e Ana Ian, que mesmo na convivência à distância, foram muito especiais e necessários; Aos colegas e amigos que a Callink me deu, obrigada Carlito e pessoal do atendimento.

Seria injusto não mencioná-lo, ao Salvador, grande professor de história e figura decisiva na minha trajetória pessoal e de estudos, responsável pela minha orientação política. Também ao Professor Nei, que permaneceu presente e querido;

À Patrícia Trópia, pela orientação que foi luz e me guiou na realização deste trabalho. Sou muito grata pelas nossas discussões, disponibilidade e por suas contribuições enérgicas e imprescindíveis. Sem você, nada disso seria possível;

À militância do coletivo Vamos à Luta e Corrente Socialista dos Trabalhadores, que me proporcionou debates e experiências inigualáveis sobre o mundo e sobre consciência de classe, em especial às líderes que me inspiraram, Gabriela, Hinu e Lili;

À UFU, ao Instituto de Economia e Relações Internacionais, aos meus pares de curso e aos professores de alto nível que tanto me ensinaram; ao IFLO, pelas disciplinas da Filosofia, que ampliaram minha mente e meus horizontes; aos funcionários dessa instituição. Viva a Universidade Federal e o ensino público! Pelas políticas de permanência e incentivo!

Por fim, por não ter me abandonado nessa experiência adversa de contrassensos, mas absurdamente enriquecedora, a mim, que nunca estive sozinha, embora tenha acreditado. Não estamos sozinhos em nada: aos trabalhadores e trabalhadoras do mundo, venceremos!

Meu agradecimento de coração a todos vocês.

RESUMO

Este trabalho analisa o projeto emancipatório das mulheres na Revolução Russa, com ênfase no legado do protagonismo feminino e seu papel político-histórico ativo, desde a trajetória das revolucionárias soviéticas à experiência pioneira e inédita do Jenotdel (1919-1930), reconhecido como primeiro órgão governamental voltado especificamente para tratar as questões das mulheres em um Estado. A partir de uma revisão bibliográfica, discute-se a articulação entre patriarcado e dominação de classe, contextualizando esse debate à luz das reflexões teóricas contemporâneas. A pesquisa dialoga com a tradição do feminismo marxista, examinando como a proposta da “nova mulher” se concretizou na prática revolucionária soviética, sobretudo pela institucionalização de políticas públicas de socialização da reprodução social - isto é, do trabalho de cuidado no âmbito doméstico e familiar -, condição necessária para ampliar a participação feminina na esfera da vida pública e na produção social. A criação do Jenotdel é fruto do protagonismo ativo das mulheres no processo político e instrumento estatal de promoção da igualdade. Embora tenha enfrentado tensões internas no partido e resistências à transformação das relações patriarcais, seu legado em termos de avanços nos direitos reprodutivos, como o direito amplo ao divórcio e acesso ao aborto -, políticos e coletivos - por meio da socialização do cuidado pelo Estado, ainda precisa ser conhecido. Ao recuperar essa experiência, a pesquisa contribui para resgatar o caráter classista do feminismo socialista e suas contribuições para pensar alternativas emancipadoras que contemplem simultaneamente as opressões de classe e de gênero no contexto contemporâneo, especialmente diante do ordenamento neoliberal.

Palavras-chave: Jenotdel; Feminismo Marxista; Revolução Russa; Dia da mulher; Gênero e classe; Socialismo.

ABSTRACT

This study analyzes the emancipatory project of women during the Russian Revolution, with emphasis on the legacy of female protagonism and their active political-historical role - from the trajectory of Soviet revolutionaries to the pioneering and unprecedented experience of the Zhenotdel (1919–1930), recognized as the first governmental body specifically dedicated to addressing women's issues within a state. Based on a literature review, the research explores the intersection between patriarchy and class domination, contextualized through contemporary theoretical reflections. Engaging with the Marxist feminist tradition, the study examines how the concept of the “new woman” materialized in Soviet revolutionary practice, particularly through the institutionalization of public policies aimed at the socialization of reproductive labor - that is, domestic and caregiving work - as a necessary condition for increasing women's participation in public life and social production. The creation of the Zhenotdel was both a product of women's active engagement in the revolutionary process and a state instrument for promoting equality. Despite facing internal party tensions and resistance to transforming patriarchal relations, its legacy - especially in terms of reproductive rights (such as broad access to divorce and abortion), political inclusion, and collective welfare through state-supported care services - remains underrecognized. By recovering this historical experience, the research contributes to reclaiming the class-based character of socialist feminism and its relevance in imagining emancipatory alternatives that address both class and gender oppression in the contemporary neoliberal context.

Keywords: Zhenotdel; Marxist Feminism; Russian Revolution; International Women's Day; Gender and Class; Socialism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 CONTEXTO HISTÓRICO: AS MULHERES NA REVOLUÇÃO RUSSA.....	14
1.1 As origens do patriarcado e sua articulação com o capitalismo.....	14
1.2 A construção do feminismo socialista e a dialética do movimento feminista	18
1.3 As lideranças protagonistas do feminismo-socialista.....	21
2 A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PAUTA E O DIÁLOGO CLASSE-GÊNERO.....	27
2.1 A II Conferência Internacional Socialista e seus impactos	27
2.2 O Dia Internacional da Mulher: sua origem socialista.....	29
2.3 O Secretariado Internacional: a formação de redes transnacionais de mulheres socialistas... ..	32
3 O JENOTDEL (1919-1930): PIONEIRISMO NA SOCIALIZAÇÃO DO CUIDADO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LUTA FEMININA	35
3.1 Criação e estrutura organizacional	35
3.2 Práticas revolucionárias e transformação da reprodução social.....	37
3.3 O delegatki e a capilaridade organizacional do Jenotdel: a experiência das mulheres na vida pública	39
3.4 O legado das campanhas de alfabetização e formação política	42
4 ANÁLISE CRÍTICA: AVANÇOS, LIMITES E CONTRADIÇÕES	44
4.1 A socialização da reprodução como condição para a emancipação.....	45
4.2 Resistências internas e contradições do projeto	47
4.3 Desmantelamento: o processo de dissolução do Jenotdel no Socialismo Real.....	49
5 RECONSTRUINDO A UTOPIA: O DESAFIO CONTEMPORÂNEO POR UM FEMINISMO POPULAR E ANTICAPITALISTA	54
5.1 Os horizontes da memória histórica: a reconstrução da utopia feminista.....	54
5.2 Por um feminismo popular e anticapitalista	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS	64

INTRODUÇÃO

Em tempos de normalização da mentira e *fake news*, nada mais relevante do que regressar aos eventos históricos, buscando examinar as disputas em torno de suas narrativas e problematizar interpretações revisionistas. Mais ainda quando o que se pretende é discutir os legados, também eles disputados, da Revolução Russa.

Eric Hobsbawm (1995) escreveu em sua consagrada obra, *A era dos extremos*, que a Revolução de 1917 é o processo mais decisivo de toda uma época histórica. Opondo-se às teses de Hobsbawm, François Furet, baluarte do revisionismo sobre a Revolução de 1917, publicou, no mesmo ano da edição inglesa de *A era dos extremos*, seu contraponto liberal rechaçando a ideia de legado mais importante do século. Como afirmam Melo e Monteiro (2017), o projeto historiográfico revisionista de Furet havia começado com os escritos sobre a revolução francesa, contestando o próprio conceito de revolução. A Revolução de Outubro teria sido “um putsch bem-sucedido no país mais atrasado da Europa, realizado por uma seita comunista, dirigida por um chefe audacioso” (FURET, 1995, p. 35). Com efeito, o legado da Revolução Russa tem sido objeto de ondas de apagamento e ciclos revisionistas, cujo trabalho de Furet representa apenas a onda mais recente (MELO e MONTEIRO, 2017).

Na contramão do revisionismo anticomunista, surgiram novos estudos críticos do período soviético que mostram as profundas descontinuidades entre os primeiros anos da experiência soviética e o regime stalinista dos anos de 1930, dando vasão a uma história social da revolução de 1917, centrada na concepção da *história vista por baixo* (MELO e MONTEIRO, 2017, p. 2270). Nesta frente de estudos, surgem pesquisas voltadas a evidenciar como a revolução levou à conquista de direitos e melhorias sociais para diferentes segmentos da sociedade oprimida pelos grilhões do czarismo, entre os quais as mulheres e suas vanguardistas conquistas. Estes estudos também mostraram a regressão ocorrida durante o regime stalinista, especialmente em esferas como a da emancipação das mulheres (GOLDMAN, 2014), ou ainda dos homossexuais (HEALEY, 2002) ou dos trabalhadores fabris (MURPHY, 2005)” (Cf. MELO e MONTEIRO, 2017, p. 2270). É, neste sentido, que este Trabalho de Conclusão de Curso, tem como tema o legado do Jenotdel (Departamento das Mulheres Trabalhadoras e Camponesas do Partido Comunista soviético, doravante Departamento das Mulheres) na luta pela emancipação das mulheres.

A Revolução Russa de 1917 representou um marco histórico não apenas pelas transformações políticas e econômicas, mas também pela centralidade que conferiu à luta das mulheres. Nesse processo, destaca-se a criação do Jenotdel (Departamento das Mulheres), órgão pioneiro do Partido Bolchevique responsável por institucionalizar a pauta de gênero na construção do socialismo. Essa experiência singular permitiu que a União Soviética se tornasse, em 1920, o primeiro país do mundo a legalizar o aborto, além de promover políticas de socialização do trabalho doméstico e de cuidado, na vanguarda de debates que hoje se reconhecem na chamada Economia do Cuidado¹.

Este trabalho discute o legado do Jenotdel como experiência histórica de articulação entre gênero e classe no projeto emancipatório soviético². A análise parte do pressuposto teórico de que o patriarcado é uma estrutura material e ideológica indissociável da exploração de classe, e que, portanto, a questão de gênero não pode ser tratada como secundária, mas como parte essencial da revolução social. A pesquisa buscou compreender os avanços, limites e contradições dessa experiência, considerando a “questão da mulher”³, analisando as políticas de socialização do trabalho doméstico - essencial para a reprodução social e sustentação do capitalismo -, historicamente executado por mulheres na Divisão Sexual do Trabalho⁴, bem como compreender

¹A Economia do Cuidado abrange o trabalho de cuidar de outras pessoas. Pode ter a forma remunerada ou não remunerada, sendo um campo crescente da economia que reconhece e analisa o valor, muitas vezes invisível, do trabalho de cuidar de outras pessoas. Esse tipo de trabalho é essencial para o funcionamento da sociedade, mas historicamente tem sido subvalorizado, sub-remunerado ou não remunerado, especialmente por ser desempenhado, em sua maioria, por mulheres. De acordo com Muller e Moser, “a economia do cuidado tem sua origem no debate sobre o trabalho doméstico nos anos 1970, que buscou perceber a relação entre o capitalismo e a divisão sexual do trabalho por gênero (GARDINER, 1997; HIMMELWEIT, 1999 apud ESQUIVEL, 2011). Estendeu-se mais adiante ao “trabalho reprodutivo” como sendo aquele necessário à reprodução da força de trabalho para o capitalismo (Beneria, 1979; Picchio, 2003 apud ESQUIVEL, 2011)”.

²Em sentido figurado, o substantivo legado significa “o que é transmitido às gerações que se seguem”. Todavia, teoricamente, o termo legado alude à complexa relação entre memória e história. Complexa pois a memória é social e politicamente construída por vezes para iluminar, noutras vezes para apagar, reconfigurar ou ressignificar, processos históricos. A herança social e política deixada às gerações futuras é construída, é política e é disputada. Neste trabalho, busca-se retirar de uma experiência histórica, sua originalidade, sua potência, seu caráter revolucionário e também seus limites para evidenciar que ser vanguarda no passado também pode ser utopia no presente. Como destacou Luciana Heymann (2005, p. 4), “a noção de legado aproxima passado e futuro”. Para a autora, a noção de “legado” refere-se ao passado, à biografia e à história, ao mesmo tempo em que é projetada para o futuro. “

A produção de um legado implica, de fato, na atualização (presente) do conteúdo que lhe é atribuído (passado), bem como na afirmação da importância de sua constante rememoração (futuro). As ações que tomam os legados históricos como justificativa, sejam elas comemorações, publicações ou a organização de instituições alimentam o capital simbólico de que são dotados, um capital que carrega em si o atributo da continuidade, da sobrevivência ao tempo” (HEYMANN, 2005, p. 4).

³Questão de gênero seria uma expressão anacrônica pela formulação teórica à época. A questão da mulher refere-se ao que marxistas chamavam o problema da desigualdade entre homens e mulheres.

⁴De acordo com Helena Hirata (2002), a divisão sexual do trabalho se expressa tanto na separação quanto na hierarquização entre atividades desempenhadas pelos gêneros, designando tarefas masculinas e femininas, com clara desvalorização do trabalho tipicamente atribuído às mulheres.

políticas de inserção da mulher na sociedade e os legados históricos, a saber: as campanhas de alfabetização, creches comunitárias e inserção das mulheres na vida política. Para isso, foi realizada uma revisão da literatura crítica no campo do feminismo marxista, apresentando primeiramente o processo e seu desenvolvimento na URSS, via Jenotdel, e internacional, por meio das Conferências Internacionais das Trabalhadoras, dialogando com autoras e lideranças da época que forjaram um projeto revolucionário da mulher emancipada, como Alexandra Kollontai, Clara Zetkin, Nádía Krupskaja, Inessa Armand. Partindo destes textos clássicos, buscamos mapear estudos e atualização do debate sobre os desafios do feminismo marxista na atualidade no Brasil, a partir das contribuições de Maria Lygia Quartim de Moraes, Joana El Jaick e Thaiz Carvalho Senna e de autoras cujas reflexões foram publicadas no dossiê Marxismo21⁵. Trata-se de estudos que abordam o tema da mulher e sua existência política à luz da articulação de classe na teoria marxista.

Este Trabalho de Conclusão de Curso pretende ainda discutir como as mulheres não apenas participaram da construção do novo Estado socialista, mas atuaram diretamente na transformação das bases materiais da vida cotidiana, intervindo nas formas de cuidado, na instituição de assistência ligada à manutenção da família, na maternidade e no cuidado infantil. Essa perspectiva permite reposicionar o protagonismo feminino soviético como elemento estratégico, não meramente simbólico ou complementar, do processo revolucionário, demonstrando que a transformação das relações entre homens e mulheres era compreendida pelas lideranças bolcheviques como parte integral da construção do socialismo.

Realizamos uma análise bibliográfica para a discussão de algumas questões centrais: qual o protagonismo das mulheres na Revolução Russa? Em que contexto ocorre a criação do Jenotdel - órgão político governamental voltado às mulheres, primeira experiência ao que hoje representam ministérios e órgãos de estado voltados para as uma secretaria da mulher? Quais os principais legados desta experiência?

Toda pesquisa científica coloca desafios ao pesquisador. Exige “uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente” (MINAYO, 1994, p.23), pois se baseia em aproximações da realidade, no caso em pauta de uma “realidade histórica”. Lima e Mioto entendem que toda pesquisa bibliográfica constitui “um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico

⁵Ver: <https://marxismo21.org/o-feminismo-marxista-na-atualidade/>

capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas” (2007, p. 32).

Foram selecionadas e analisadas obras produzidas por mulheres socialistas soviéticas, por pesquisadoras que se dedicaram ao estudo e resgate da experiência das mulheres socialistas do início do século XX, bem como por autoras contemporâneas (nacionais e estrangeiras) que buscaram discutir dialeticamente o significado desta experiência. Ao levantar a bibliografia, buscou-se problematizar e levantar novas hipóteses, com destaque para o processo de silenciamento e apagamento desta experiência.

Meu interesse mais geral pelo tema deste Trabalho de Conclusão de Curso surgiu há alguns anos, quando eu era aluna, no Instituto Federal do Triângulo Mineiro, da professora Joana El-Jaick Andrade, pesquisadora que investigou as relações entre marxismo e a questão da mulher no feminismo revolucionário. Foi a leitura dos trabalhos de Joana El-Jaick Andrade que despertaram minha curiosidade sobre o tema, conjugados à necessidade de articular gênero e classe. Esta curiosidade inicial foi sendo amadurecida na militância estudantil durante os anos da graduação em Relações Internacionais na UFU.

O período da militância política foi fundamental, pois pude perceber o silenciamento de experiências históricas socialistas no debate feminista contemporâneo, em especial aquelas que colocaram a questão da mulher como um eixo estruturante do projeto revolucionário, sobretudo em um marco da minha experiência em Niterói, 2016, durante o 7º Encontro de Mulheres Estudante (EME) em Niterói. Ao longo do curso de Relações Internacionais, tive a oportunidade de cursar disciplinas de Ciência Política que aprofundaram o conhecimento e aguçaram meu interesse pela teoria marxista contemporânea, em especial o feminismo. Essa combinação de experiências, na militância política e na universidade, permitiu o acúmulo do debate entre gênero e classe, de tal modo que, em diálogo com minha orientadora, chegamos ao tema desta monografia, seu objeto, o Jenotdel, e objetivos: investigar o papel ativo das mulheres socialistas durante o século XX e sua relevância sem precedentes na conquista dos direitos civis, sociais e políticos.

A presente monografia está dividida em cinco partes principais: a primeira reconstrói o contexto histórico da Revolução Russa e o papel das mulheres, problematizando a relação entre patriarcado e capitalismo, bem como os fundamentos do feminismo socialista;

A segunda parte discute a internacionalização da pauta construída pelas mulheres socialistas na virada do século XIX para o século XX, com ênfase nas redes transnacionais de mulheres socialistas com destaque para a origem do Dia Internacional da Mulher;

A terceira parte procura analisar os significados, o contexto que o tornou possível, as contradições vividas pelas mulheres russas no período pós Revolução de 1917 e a criação do Jenotdel, abordando sua criação, estrutura e práticas, com destaque para suas contribuições à socialização do cuidado e à formação política feminina;

A quarta parte apresenta uma análise crítica dos avanços, limites e contradições dessa experiência institucional;

Por fim, a quinta parte discute a atualização contemporânea do legado do Jenotdel e da tradição do feminismo socialista, com ênfase na reconstrução da utopia a partir de um feminismo popular e anticapitalista.

A relevância deste estudo está em evidenciar como o Jenotdel, e as mulheres organizadas à frente desse órgão pioneiro de Estado, anteciparam desafios ainda presentes: seja a articulação entre trabalho produtivo e reprodutivo, direitos civis e reprodutivos às mulheres, além da socialização do cuidado que desobrigava a mulher do seio doméstico, permitindo-as uma atuação na vida social e política, tendo impactos sobre uma agenda internacional, resultando, entre outros legados, nas origens socialistas do Dia Internacional da Mulher. Ao resgatar esse legado, pretende-se contribuir para o debate atual sobre emancipação feminina e sua conexão fundamental com a luta de classes.

1 CONTEXTO HISTÓRICO: AS MULHERES NA REVOLUÇÃO RUSSA

1.1 As origens do patriarcado e sua articulação com o capitalismo

A compreensão da experiência do Jenotdel exige situar teoricamente as bases materiais da opressão de gênero e sua articulação histórica com a exploração de classe, compreendendo que essas duas dimensões da dominação social não são fenômenos separados, mas constituem aspectos interconectados de um mesmo sistema de exploração e opressão que caracteriza as sociedades de classe. Partimos do pressuposto de que o patriarcado estrutura as relações de dominação e exploração capitalistas, constituindo o que Heleieth Saffioti (2013) denomina “simbiose capitalismo-patriarcado” - uma coextensividade entre a opressão das mulheres e o desenvolvimento do capitalismo que se manifesta tanto na esfera produtiva quanto na reprodutiva.

Embora o sistema capitalista não tenha inaugurado a dominação dos homens sobre as mulheres, ele incorporou, reorganizou e intensificou essa lógica patriarcal como parte fundamental de seu processo de acumulação e reprodução, assim como fez com outras formas de dominação anteriores, como o racismo e o colonialismo. Essa imbricação não se limita à dimensão ideológica ou cultural, mas está inscrita na própria estrutura material da sociedade, organizando as relações produtivas e reprodutivas de forma a garantir tanto a exploração da força de trabalho quanto a reprodução das condições sociais necessárias à continuidade do sistema.

O patriarcado está assentado numa base material concreta: a divisão sexual do trabalho, que organiza a experiência social de homens e mulheres segundo dois princípios fundamentais - o da separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o da hierarquia (os trabalhos de homens têm maior valor social que os trabalhos de mulheres). Dessa forma, o trabalho assalariado, visível e valorizado socialmente, pertence majoritariamente aos homens, enquanto o trabalho doméstico e de cuidado é atribuído às mulheres, permanecendo invisibilizado e desvalorizado, apesar de ser absolutamente essencial para a reprodução cotidiana e geracional da força de trabalho.

Para compreender essa estrutura de opressão em suas raízes históricas, é fundamental retomar a análise desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels. No livro “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, Engels resgata os estudos antropológicos de Morgan e

Bachofen para demonstrar que o patriarcado se consolidou historicamente com o surgimento da propriedade privada e a transição das sociedades comunais primitivas para as sociedades de classe. Engels analisa historicamente como se deu a transição das sociedades matrilineares para as patriarcais, mostrando como surgiu a necessidade social de herdeiros “legítimos” pela linhagem masculina para garantir a transmissão da herança, isto é, a propriedade privada.

Engels sintetiza a articulação da opressão de gênero como reflexo e parte constitutiva da opressão de classe no capitalismo ao declarar: “na família, o homem é o burguês; a mulher, o proletário”. Essa análise aponta para a conexão estrutural entre divisão sexual do trabalho, exploração econômica e opressão de gênero, demonstrando que o patriarcado se fortalece e se aprofunda à medida que as mulheres são progressivamente excluídas da produção social direta e confinadas à esfera doméstica privada, no âmbito familiar.

Como contextualiza Elaine Bezerra (2020), a interpretação marxista situa a origem histórica da opressão feminina na articulação dialética entre propriedade privada, família monogâmica e exploração do trabalho assalariado:

Friedrich Engels, em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, afirma que a primeira opressão de classe dá-se com a opressão do masculino sobre o feminino. [...] Para o pensamento marxista, a origem da opressão da mulher tem origem com: a propriedade privada, a família e a exploração do trabalho assalariado. Dá-se, assim, uma articulação entre exploração e opressão, funcional para a reprodução da sociedade de classes, onde a subordinação das mulheres cumpre funções econômicas, políticas e ideológicas específicas. (BEZERRA, 2020, p. 54).

A consolidação do patriarcado moderno, tal como o conhecemos hoje, se deu através de um processo histórico complexo que envolveu a destruição dos lares comunais pré-capitalistas, a privatização do trabalho doméstico e a submissão do corpo feminino à lógica da reprodução capitalista. Essa perspectiva é aprofundada e atualizada por Silvia Federici (2017) na obra *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*, na qual a autora analisa como a acumulação primitiva do capital implicou também numa brutal reorganização das relações de gênero, constituindo o que ela denomina de “acumulação primitiva sobre os corpos das mulheres”.

A caça às bruxas na Europa dos séculos XV ao XVII, segundo Federici, foi uma estratégia sistemática e violenta de domesticação dos corpos femininos e de sua subordinação ao trabalho reprodutivo, processo que se mostrou necessário à ascensão histórica do capitalismo e

sua escalabilidade de mercantilização que alcança até a organização dos corpos femininos. Esse processo constitui elemento fundamental da transição para o novo modo de produção:

O corpo da mulher foi o principal terreno de disputa da nova ordem capitalista. A caça às bruxas foi um processo de reorganização coativa das relações de gênero, subordinando as mulheres ao trabalho reprodutivo e disciplinando seus corpos para as necessidades da acumulação capitalista. Foi também uma estratégia de cercamento dos saberes femininos, especialmente aqueles relacionados ao controle da reprodução, à medicina popular e às formas de organização comunitária que resistiam à lógica mercantil. (FEDERICI, 2017, p. 101).

Federici desenvolve o argumento de que o corpo das mulheres se tornou a “última fronteira” da exploração capitalista, sendo absolutamente central tanto na produção quanto na reprodução da força de trabalho.

Em outra obra, *O ponto zero da revolução*, Federici evidencia como a exploração reprodutiva das mulheres ultrapassa a dimensão física e alcança também o campo afetivo e emocional, criando o que ela denomina de “fábrica social”:

A exploração capitalista do trabalho reprodutivo vai além do tempo e da energia física das mulheres. Exige também seu investimento emocional, sua empatia, sua capacidade de sustentar afetivamente os outros, de criar vínculos, de cuidar não apenas dos corpos mas também das subjetividades. Isso produziu um modelo de feminilidade baseado no sacrifício emocional, na disponibilidade permanente para o outro, na negação de si mesma em favor da família e da comunidade. (FEDERICI, 2019, p. 77).

O capitalismo não apenas incorporou o patriarcado pré-existente, mas o reorganizou e aprofundou de acordo com suas necessidades específicas, definindo a esfera pública como a da produção mercantil - espaço da política, da razão e da masculinidade hegemônica - e a esfera privada como não-mercantil, do cuidado, da intimidade e da feminilidade subordinada. Esse modelo ideológico e material reforçou sistematicamente a exclusão das mulheres da produção social visível e consolidou o trabalho doméstico não remunerado como pilar essencial, embora oculto, da reprodução do capital. Sobre o caráter estrutural do trabalho reprodutivo para o funcionamento do capitalismo, afirmou:

O trabalho doméstico não remunerado das mulheres tem sido a pedra angular da organização da produção capitalista, pois ele reproduz diariamente a força de trabalho, criando a mercadoria mais essencial de todas: o trabalhador e a trabalhadora. Sem esse trabalho invisível de reprodução da vida, nenhuma produção seria possível. O capital se apropria gratuitamente desse trabalho, transformando-o em subsídio oculto à acumulação. (FEDERICI, 2019, p. 35).

O patriarcado capitalista estende-se, portanto, por todas as instituições sociais: Estado, Igreja, escola, família, mídia, sistema judiciário. Ele organiza um modelo de família nuclear monogâmica e heterossexual como um padrão hegemônico, reprimindo e marginalizando outras formas de expressão do desejo, da sexualidade e de organização dos afetos. A naturalização dessas normas de gênero é reforçada tanto pela ideologia dominante quanto pela violência sistemática contra aqueles e aquelas que ousam transgredir os padrões estabelecidos. Neste sentido, patriarcado e feminicídio se imbricam e reproduzem.

É importante frisar nesse processo de contextualização e de atualização à contemporaneidade, que o patriarcado é um processo histórico dinâmico - não fixo, nem imutável - que assume características específicas em diferentes tempos e espaços sociais. No caso da América Latina, por exemplo, sua estrutura está profundamente imbricada com o colonialismo e com a escravização, criando formas particulares de opressão de gênero, raça e classe que se articulam de maneira complexa e específica.

A cada reorganização do modelo de acumulação capitalista, especialmente em momentos de crise estrutural, as formas de opressão patriarcal são reformuladas e frequentemente intensificadas. A busca pela retomada da taxa de lucro envolve sistematicamente a reatualização da exploração de corpos racializados, femininos e subalternizados, levando o patriarcado a novos patamares de articulação com o capital financeiro globalizado especialmente no neoliberalismo.

É nessa continuidade de análise para o contexto moderno, atualizando para a sua dimensão material-histórica de uma articulação social exploratória, que o capitalismo patriarcal e racial, o neoliberalismo - caracterizado pelo avanço contínuo de mercantilização de todas as esferas da vida -, que o cenário da economia do cuidado e dos trabalhos domésticos se desloca: um recorte ainda majoritariamente feminino, porém de minorias de corpos subalternizados, representados na figura da mulher imigrante ou racializada. Isso representa no âmbito privado da família, uma redução da chamada dupla jornada, isto é, mulheres que se encontram inseridas no mercado de trabalho e atuantes na produção social, todavia ainda realizam a jornada doméstica

da limpeza, organização e cuidado. A redução da tensão entre o casal pela desigualdade na realização tarefas e dupla função da mulher ocorre quando existe a condição de terceirizar a função, isto é, de remunerar financeiramente a fim de obter o serviço de outra trabalhadora, geralmente também mulher, cujas características recaem dentro de uma análise social de maior vulnerabilidade.

Por isso o pressuposto de que o patriarcado estrutura as relações de dominação e exploração capitalistas não só de classe, mas também de gênero na categoria da mulher em situação de opressão. Nos termos da socióloga feminista Heleieth Saffioti, há uma “simbiose capitalismo-patriarcado”, isto é, uma coextensividade entre a opressão das mulheres e o desenvolvimento do capitalismo. Embora o sistema capitalista não tenha inaugurado a dominação dos homens sobre as mulheres, ele incorporou e intensificou essa lógica patriarcal como parte de seu processo de acumulação e reprodução, assim como fez com outras formas de dominação anteriores, como o racismo e o colonialismo.

1.2 A construção do feminismo socialista e a dialética do movimento feminista

A segunda metade do século XIX e o início do século XX foram marcados pela ascensão do movimento operário internacional e pela articulação crescente das mulheres trabalhadoras na luta socialista, período em que se consolidaram duas perspectivas distintas e frequentemente antagônicas sobre os caminhos para a emancipação feminina. De um lado, o feminismo burguês - demarcado na bibliografia como o das sufragistas - voltado prioritariamente às reformas e conquistas formais que beneficiariam principalmente as mulheres das classes mais altas; de outro, o feminismo socialista, que compreendia a emancipação feminina como inseparável da luta de classes e reivindicava a ampla transformação da vida social e política, isto é, da transformação revolucionária das estruturas econômicas e sociais. Camacho (2021) relembra que as próprias mulheres revolucionárias russas, inclusive, não se identificavam como feministas. Ao contrário, buscavam se distanciar do feminismo dado que o consideravam uma parte das reivindicações burguesas (FRENCIA e GAIDO, 2018).

Essa diferença fundamental de perspectivas e estratégias ficou evidente nos debates da Segunda Internacional e em suas conferências específicas sobre a questão da mulher, que reuniu militantes femininas de vários países europeus e norte-americanas. Em 1907, a I Conferência

Internacional das Mulheres Socialistas aprovou resoluções fundamentais sobre o sufrágio universal sem restrições de classe, a igualdade salarial entre homens e mulheres, e a proteção social às mães trabalhadoras. Como relembra Maria Lygia Quartim de Moraes:

Foi em 1910, na II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, realizada em Copenhague, que se aprovou a proposta de instituir o Dia Internacional da Mulher. A data tinha como objetivo central fortalecer a luta pelo sufrágio feminino e articular o movimento das mulheres trabalhadoras à luta de classes, diferenciando-se claramente das campanhas sufragistas burguesas que se limitavam ao direito formal ao voto sem questionar as estruturas econômicas que mantinham a opressão das mulheres trabalhadoras. (MORAES, 2015, p. 32).

O conflito de interesses de classe entre o feminismo burguês e o feminismo operário gerou tensões profundas que se tornaram evidentes não apenas nos debates teóricos, mas também nas estratégias práticas de luta e atuação. As principais lideranças na articulação do feminismo revolucionário no cenário internacional, como as alemãs Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo e a russa Alexandra Kollontai, defenderam uma concepção de emancipação feminina vinculada organicamente à luta de classes e à transformação socialista da sociedade, rejeitando as soluções reformistas que deixavam intactas as bases econômicas da opressão classe-gênero.

Para essas militantes socialistas, o feminismo burguês se limitava a questões jurídicas e políticas formais, ignorando deliberadamente as contradições estruturais do capitalismo que mantinham a grande maioria das mulheres - as trabalhadoras - em situação de exploração e opressão. Rosa Luxemburgo, em seus escritos sobre a questão da mulher, criticava duramente o caráter elitista e limitado das feministas não-socialistas:

A mulher proletária não pode alcançar sua liberdade a não ser com a vitória do socialismo. A emancipação das mulheres, assim como a emancipação de toda a humanidade trabalhadora, só será possível com a derrubada do sistema capitalista. Toda tentativa de libertação que se mantenha dentro dos marcos do sistema atual, ou que ignore a centralidade da luta de classes, está fadada ao fracasso, pois não ataca as raízes econômicas da opressão. (LUXEMBURGO, 2011, p. 76).

Clara Zetkin, por sua vez, enfatizava sistematicamente a necessidade de articular a luta específica das mulheres à luta geral da classe trabalhadora, sem diluir as especificidades da opressão de gênero, mas também sem separá-la da luta contra a exploração capitalista:

A luta da mulher proletária não é uma luta contra os homens do seu próprio meio, mas contra a classe dominante. A mulher proletária está unida ao homem de sua classe pelos mesmos interesses e pelos mesmos inimigos. A luta das mulheres proletárias deve ser parte integrante da luta de classes do proletariado, mas isso não significa que devemos ignorar as formas específicas que a opressão assume para as mulheres trabalhadoras. (ZETKIN, 2010, p. 41).

Progressivamente, a partir dessas manifestações - tanto teóricas quanto políticas-, da agitação e propaganda, com seus escritos de folhetins, panfletos e revistas, além da articulação coletiva e solidariedade interna sindical e operária, foi possível a reunião de delegadas em encontros nacionais e internacionais. Criou-se uma rede internacional de mulheres socialistas que se fortaleceu gradativamente nos primeiros anos do século XX, especialmente na Alemanha, Áustria, Rússia e outros países onde o movimento operário tinha maior organização. Destaca-se a importância de jornais específicos, panfletos, conferências internacionais e intercâmbio de militantes como instrumentos fundamentais de formação política e troca de experiências organizativas. Em 1909, Clara Zetkin relatava um impressionante salto quantitativo na participação feminina no Partido Social-Democrata alemão: de 30 mil mulheres filiadas em 1907 para 62 mil em 1908, revelando “a eficácia da propaganda socialista voltada especificamente às mulheres e a centralidade crescente do tema da emancipação feminina no interior da luta de classes” (JARDIM, 2018, p. 55).

Essa associação internacional de mulheres socialistas formulou, a partir de suas próprias vivências como trabalhadoras, militantes e mães, uma articulação concreta e dialética entre trabalho, gênero e emancipação social. Em vez de tratar a opressão feminina como tema secundário ou derivado da luta de classes, elas a integraram ao projeto revolucionário como elemento constitutivo e fundamental da transformação social.

O feminismo socialista desenvolveu também uma crítica sistemática e fundamentada ao feminismo liberal burguês, apontando suas limitações estruturais de classe e seus horizontes reformistas. Enquanto as feministas burguesas lutavam por direitos formais que beneficiariam principalmente mulheres de sua própria classe social - direito ao voto, acesso ao ensino superior, direitos de propriedade -, as socialistas denunciavam que a verdadeira emancipação das mulheres exigia necessariamente a transformação das bases materiais da sociedade e a superação do modo

de produção capitalista. Em sua análise sobre a luta das mulheres, Joana El-Jaick Andrade destaca:

A luta das mulheres não pode ser reduzida a uma pauta identitária ou a reivindicações setoriais desconectadas da totalidade social. Ela só se concretiza de forma verdadeiramente revolucionária quando articulada organicamente com a crítica ao modo de produção capitalista e com a luta pela construção de uma sociedade socialista. O feminismo burguês, ao limitar-se às reformas dentro da ordem, acaba por reproduzir e legitimar as estruturas de classe que mantêm a opressão da grande maioria das mulheres. (ANDRADE, 2011, p. 147).

Essa perspectiva teórica e política influenciou decisivamente a organização das mulheres trabalhadoras na Rússia revolucionária, fornecendo as bases conceituais e estratégicas para a posterior criação do Jenotdel. O acúmulo teórico e político das feministas socialistas europeias seria fundamental para que as mulheres bolcheviques encontrassem um canal adequado para avançar em sua luta histórica por libertação, adaptando essas formulações às condições específicas da sociedade russa.

É importante destacar que o feminismo socialista não constituía um bloco homogêneo, mas abrigava diferentes correntes e ênfases. Havia debates internos sobre questões como a proteção legal específica para as trabalhadoras, a relação entre luta sindical e luta política, o papel da família na sociedade socialista, entre outras. No entanto, todas essas correntes compartilhavam alguns princípios fundamentais: a compreensão de que a opressão das mulheres tem raízes materiais nas estruturas econômicas da sociedade; a necessidade de articular luta das mulheres e luta de classes; a importância da organização independente das mulheres trabalhadoras; e a convicção de que apenas uma transformação revolucionária da sociedade poderia garantir a emancipação feminina.

1.3 As lideranças protagonistas do feminismo-socialista

Para compreender a experiência do Jenotdel, seu significado histórico e impacto, é igualmente fundamental conhecer as mulheres revolucionárias que protagonizaram essa virada política feminista inédita na estrutura política de um Estado Nacional, mulheres que foram, ao mesmo tempo, intelectuais, mães, militantes e dirigentes políticas, comprometidas não apenas

com a construção do socialismo, mas especificamente com a emancipação das mulheres como parte integral do projeto revolucionário. Essas lideranças, reverenciadas por suas práticas políticas inovadoras, desenvolveram também elaborações teóricas avançadas para à época, no que tange à moral da sociedade e sua forma de se relacionar afetivamente, particularmente Alexandra Kollontai (1872-1952) em sua abordagem e proposta sobre a “nova mulher”, a nova sociedade e o “amor-camaradagem.

Apresentando essas lideranças por sua ordem de nascença, embora contemporâneas nesse recorte histórico do século XX, temos Clara Zetkin (1857-1933), figura central do feminismo socialista alemão e internacional, que se destacou como propositora do Dia Internacional da Mulher na Segunda Conferência Internacional realizada em Copenhague de 1910, que viria a se consolidar como uma data mundial anos mais tarde. Clara foi organizadora da Primeira Conferência Internacional das Mulheres Socialistas e uma das principais lideranças da Liga Espartaquista na Alemanha, dedicando-se sistematicamente à mobilização das mulheres trabalhadoras contra a guerra imperialista e pela revolução socialista. Como editora do jornal *Die Gleichheit* (A Igualdade), Zetkin alcançou milhares de mulheres trabalhadoras alemãs, desenvolvendo uma pedagogia política específica que articulava questões cotidianas das mulheres condições de trabalho e salário, cuidado com os filhos e questões do trabalho da mulher na divisão sexual, com análises mais gerais sobre o capitalismo e a necessidade de transformação social e política pelo socialismo. Seus escritos influenciaram profundamente uma geração de militantes socialistas em toda a Europa, incluindo as mulheres russas que posteriormente criaram o Jenotdel.

Outra liderança relevante, Nádía Krupskaja (1869-1939) desempenhou papel central tanto na organização partidária bolchevique quanto na construção do sistema educacional soviético após a Revolução de Outubro. Companheira de Vladimir Lenin, Krupskaja não se limitou ao papel de “esposa de dirigente”, mas desenvolveu contribuições próprias e originais para a teoria e prática revolucionárias, especializando-se particularmente na área da educação popular e da formação política dos trabalhadores. Após 1917, Krupskaja dedicou-se à construção de um sistema educacional socialista voltado à alfabetização massiva da população e à formação política dos trabalhadores, compreendendo que a educação era um elemento fundamental para a emancipação tanto das classes trabalhadoras quanto das mulheres especificamente. Defendia uma pedagogia socialista que articulasse formação técnica, desenvolvimento cultural e

consciência política, contribuindo decisivamente para as campanhas de alfabetização que seriam posteriormente desenvolvidas pelo Jenotdel, especialmente nas regiões rurais e entre as mulheres muçulmanas da Ásia Central. Suas contribuições para a política e a teoria educacional foram tão imensas que a União Soviética, de 1970 a 1992, patrocinou o prêmio de alfabetização *Nadezhda K. Krupskaya* da UNESCO em sua homenagem.

Destacada com seu devido impacto, Alexandra Kollontai (1872-1952), uma das grandes lideranças bolcheviques e teórica marxista, se tornou a primeira-ministra de Estado moderna ao assumir o Comissariado do Bem-Estar Social após a Revolução de Outubro, cargo que a reconheceu como a primeira mulher da história a ocupar um cargo equivalente ao de ministro de Estado em nível de gabinete de governo. Foi responsável pela formulação e institucionalização pioneira de políticas progressistas como a legalização do aborto e a ampliação do direito ao divórcio, medidas que colocaram a União Soviética na vanguarda mundial dos direitos reprodutivos. Em 1924, foi também a primeira mulher nomeada embaixadora no mundo, representando a URSS na Noruega e posteriormente no México e na Suécia. Como teórica, Kollontai desenvolveu obras e, entre os conceitos por ela formulados, destaca-se o de “Nova Mulher”, uma proposta de um novo tipo de subjetividade feminina emancipada, vinculada ao coletivo e não mais subordinada à família patriarcal tradicional. Essa figura da Nova Mulher romperia com as bases da família burguesa, da moralidade conservadora e do patriarcado, desenvolvendo formas de relacionamento baseadas no amor livre, no companheirismo afetivo que chamou de “amor-camaradagem”. Além disso, formulou uma crítica sistemática à instituição familiar burguesa e defendeu a socialização do trabalho doméstico por meio do auxílio estatal na questão, condição fundamental para a libertação feminina, para que a “nova mulher” conquistasse sua independência econômica e social. A “nova mulher” reivindica ainda o direito de ser reconhecida em sua personalidade e de se satisfazer física e espiritualmente como considera melhor para si própria, recusando-se a aceitar que suas relações íntimas sejam regulamentadas por códigos que não reconhecem os direitos de sua personalidade. Em suas palavras: “Qual é o objetivo das feministas? Obter os mesmos privilégios, o mesmo poder, os mesmos direitos numa sociedade capitalista que seus maridos, pais e irmãos possuem atualmente. Qual é o objetivo das trabalhadoras? Abolir todos os privilégios derivados do nascimento ou da riqueza. A trabalhadora é indiferente ao fato de seu empregador ser homem ou

mulher” (Cf. FRENCIA & GAIDO, 2018, p. 8. Tradução nossa). O inimigo principal não seria, pois, os homens, mas o capitalismo.

Por fim, Inessa Armand (1874-1920), militante revolucionária russa, que assumiu papel de destaque após a Revolução de Outubro, ao se tornar a primeira diretora do Jenotdel, cargo que ocupou desde sua criação em 1919 até a sua morte em 1920. Inessa também presidiu a Primeira Conferência Internacional das Mulheres Comunistas, realizada em Moscou em 1920, contribuindo decisivamente para a formulação de uma agenda internacionalista de emancipação feminina que se pulverizou e influenciou movimentos de mulheres em diversos países.

Como dirigente do Jenotdel, foi responsável por transformar as elaborações teóricas sobre a emancipação feminina em políticas concretas de Estado, enfrentando os enormes desafios práticos de organizar milhares de mulheres em um país devastado pela guerra civil (1918-1921). Após a sua morte, seu trabalho foi continuado por outras militantes que deram seguimento à experiência inovadora do Jenotdel.

O protagonismo dessas lideranças foi fundamental para que a questão das mulheres não fosse tratada como coadjuvante ou secundária em relação à “verdadeira” causa socialista. Através de sua organização, articulação e capacidade de elaboração teórica, conseguiram expressar e dar visibilidade às desigualdades específicas de gênero no funcionamento da sociedade e de seu núcleo fundamental: as famílias trabalhadoras.⁶

Como observa Danielle Jardim em sua pesquisa sobre o pensamento de Alexandra Kollontai, o papel das mulheres na Revolução Russa:

⁶Camacho (2021) cita em seu artigo uma lista de nomes de mulheres, menos conhecidas, mas não menos importantes. Todas participaram do governo soviético: “Elena Dmitrievna Stasova, Russian communist politician who, as technical secretary of the Central Committee, helped plan and lead the October Revolution; Anna Andreyevna Kalmanovitch, activist of the women's movement and one of the first to lecture on women's rights; Olga Andréievna Chapiro, of peasant origin, university professor and member of the Union for Equal Women's Rights; Maria Ivanva Pokróvskaia, doctor, editor of the magazine *Jénski Vêstnik* and founder of the Progressive Women's Party; Lyabov Yakovlevna Gurievich, editor, writer, journalist, and activist of women's political organizations in Russia; Ekaterina Dmitrievna Kuskova, editor of several magazines and member of the League for Equal Women's Rights; Konkordia Nikolaevna Samoilova, revolutionary, activist, founder of the newspaper *Pravda*, editorial member of *Rabotnitsa* and organizer with Kollontai of the First Congress of All-Russian Women Workers (González-Forster, 2019, 63-64). It should be noted that they are all central to the history of the Russian Revolution. They assumed political and active militancy positions, wrote numerous publications, edited newspapers, created political movements, and carried out significant work to defend and improve the living conditions of women” (CAMACHO, 2021, p. 7-8).

Frequentemente aparece de forma lateralizada nos estudos clássicos sobre o processo revolucionário, como se sua participação fosse apenas acessória ou complementar à dos homens, quando na realidade elas foram protagonistas fundamentais tanto na derrubada do czarismo quanto na construção das instituições socialistas. (JARDIM, 2018, p. 34).

O papel das revolucionárias russas deve ser entendido como expressão de um movimento de mulheres que surge em um contexto da luta contra o czarismo e intensificação de opressões. A rigor, a história do feminismo russo inicia-se com o fim da servidão. Inicialmente, as mulheres livres postulavam igualdade de oportunidades educacionais, acesso a empregos públicos e inserção no mercado de trabalho (FRENCIA & GAIDO, 2018). Todavia, após a abolição, em 1861, distintas correntes, à esquerda e à direita, passam a influenciar as organizações de mulheres. De um lado, algumas mulheres passam a ter acesso à teoria marxista e a participar de movimentos revolucionários (BENGOCHEA & CRUZ SANTOS, 2017, p. 18). De outro, encontra-se por exemplo a Sociedade de Auxílio Mútuo das Mulheres Russas, criada em São Petersburgo no ano de 1895, defendendo um feminismo politicamente neutro (CAMACHO, 2021).

No contexto da revolução de 1905, dirigida pelo Partido Operário Social Democrata Russo e o Partido dos Socialistas Revolucionários, surgem as primeiras organizações de mulheres e operárias, entre as quais a *União Pan-Russa pela Igualdade de Direitos* para as Mulheres – também chamada de *União das Mulheres* -, priorizando a luta pela igualdade política (CAMACHO, 2021).

Quando o Czar anuncia o novo Parlamento (Duma), todavia, as mulheres não são incluídas, suscitando reações e reivindicações. A *União das Mulheres* apresentou algumas petições pelo direito ao voto e abriu quatro clubes políticos para promover uma grande campanha. Com a dissolução da Duma, em 1906, a maioria dos clubes políticos de mulheres foi fechada pela polícia, ainda que parte das mulheres tenha atuado no exílio ou na clandestinidade (FRENCIA & GAIDO, 2018).

The first socialist-sponsored club for the female proletariat was opened in St. Petersburg in 1907: the Society for The Mutual Aid of Women Workers. Some of its founding members had to go underground and then into exile. However, the club continued its activities until 1913, when it was closed by the police (Frenchia & Gaido, 2018). The Society for Mutual Aid of Russian Women organized the First All-Russian Women's Congress in 1908. Of the 1053 women and men who enrolled, the vast majority came from the capital who were students and professionals, especially doctors and teachers.

Peasant women did not attend. At this congress, the differences between feminist organizations and the socialist women's movement in Russia got exposed. And – dare I say it – the distance between the two sides of the same campaign increased. Other congresses were held, such as the "First All-Russian Congress to Combat Trafficking in Women and its Causes" in 1910, which revived women workers' circles in Petersburg and Moscow. On the other hand, in 1907 the All-Russian League for Equal Rights of Women was created, former members of the All-Russian Union for Equal Rights of Women joined. The League focused on improving the political situation of women between 1907 and 1912, succeeding in increasing the inheritance of daughters and allowing women to have passports.

A Primeira Guerra Mundial, iniciada em 1914, foi o catalisador para a queda do Império Russo e o início da revolução socialista. Ela proporcionou às mulheres a oportunidade de trabalho nas fábricas de tal modo que, no início de 1917, havia 129.800 mulheres trabalhando nas fábricas de Petrogrado (DONALD, 1982, p. 131). Além do fardo do trabalho doméstico, elas tiveram que assumir o trabalho fabril durante longas jornadas em troca de um salário (metade ou até dois terços do trabalho de um operário) irrisório. Neste contexto, eclodem as greves de massa que deram início à Revolução de fevereiro de 1917, protagonizada justamente pelas mulheres metalúrgicas e têxteis (FRENCIA & GAIDO, 2018).

Neste contexto é que a experiência do Jenotdel assume relevância ainda que, posteriormente, tenha sido ofuscada da luta feminista internacional.

2 A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PAUTA E O DIÁLOGO CLASSE-GÊNERO

2.1 A II Conferência Internacional Socialista e seus impactos

A II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, realizada em Copenhague entre 26 e 27 de agosto de 1910, representa um marco histórico fundamental na articulação internacional entre feminismo e socialismo, estabelecendo as bases teóricas e políticas que influenciariam decisivamente os rumos do movimento de mulheres trabalhadoras em escala global nas décadas seguintes. Sob a liderança intelectual e política de Clara Zetkin, que havia se tornado a principal referência do feminismo socialista internacional, a conferência aprovou resoluções fundamentais que redefiniriam as estratégias de luta das mulheres trabalhadoras em diversos países.

A proposta histórica de criação do Dia Internacional da Mulher, apresentada por Zetkin em nome da delegação alemã, tinha como objetivo central fortalecer a luta pelo sufrágio feminino universal que, embora fosse considerado reformista, era uma pauta unitária entre as mulheres, bem como articular organicamente o movimento das mulheres trabalhadoras à luta de classes mais ampla. Diferentemente das campanhas sufragistas burguesas, que se limitavam à conquista formal do direito ao voto sem questionar as estruturas econômicas que mantinham a opressão das mulheres trabalhadoras, a proposta socialista vinculava o sufrágio à transformação estrutural da sociedade e à superação do sistema capitalista.

A II Conferência estabeleceu três eixos programáticos fundamentais que se tornariam referências duradouras para o movimento internacional das mulheres socialistas: o sufrágio universal sem restrições de classe ou propriedade, a igualdade salarial efetiva entre homens e mulheres para trabalho igual, e a proteção social abrangente às mães trabalhadoras. Essas demandas articulavam de forma dialética direitos políticos, econômicos e reprodutivos numa perspectiva claramente classista, diferenciando-se nitidamente das reivindicações do feminismo liberal burguês. Clara Zetkin em seus escritos posteriores à Conferência, sistematizando as conclusões políticas do evento:

O sufrágio feminino não pode ser separado da luta geral da classe trabalhadora contra o capital e suas instituições. As mulheres proletárias devem conquistar seus direitos políticos não ao lado da burguesia, mas junto com os homens de sua classe, na luta

comum contra o capital. O voto feminino só terá significado emancipatório se for conquistado no contexto de uma transformação mais ampla das relações sociais de produção. (ZETKIN, 2010, p. 58).

A II Conferência também debateu intensamente a questão controversa da proteção legal específica ao trabalho feminino, tema que dividia o movimento internacional de mulheres. Enquanto algumas delegações defendiam legislação protetiva específica para as trabalhadoras, argumentando que as condições biológicas da reprodução exigiam proteções especiais, outras temiam que tais medidas reforçassem estereótipos de fragilidade feminina e limitassem mais ainda as oportunidades de trabalho para as mulheres. O consenso construído priorizou a melhoria das condições gerais de trabalho para todos os trabalhadores, com atenção particular às especificidades da exploração feminina, evitando tanto uma proteção paternalista quanto a negação das diferenças biológicas, já que elas de fato existiam e deviam ter atenção no tratamento.

O impacto da II Conferência foi imediato e duradouro na organização das mulheres socialistas em diversos países europeus e norte-americanos. Na Alemanha, berço do feminismo socialista mais organizado, o número de mulheres filiadas ao Partido Social-Democrata cresceu exponencialmente nos anos seguintes. Na Rússia, as resoluções de Copenhague influenciaram diretamente a organização das mulheres bolcheviques, fornecendo referencial teórico e programático fundamental para suas ações durante o período revolucionário e posteriormente para a criação do Jenotdel.

A II Conferência estabeleceu também uma rede internacional permanente de correspondência e intercâmbio de experiências entre militantes de diferentes países, criando vínculos organizativos que transcendiam as fronteiras nacionais. Essa articulação internacional seria fundamental durante a Primeira Guerra Mundial, quando as mulheres socialistas se posicionaram corajosamente contra o conflito imperialista, mantendo vínculos internacionalistas apesar da intensa pressão nacionalista e do clima de guerra que dominava a Europa.

O legado da II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, para além de seus resultados imediatos, teve sua relevância atemporal ao estabelecer precedentes organizativos e teóricos que influenciariam gerações posteriores de militantes feministas socialistas. A articulação entre luta específica das mulheres e luta geral da classe trabalhadora, uma compreensão internacionalista da opressão feminina, e a vinculação orgânica entre direitos

políticos e transformação econômica constituem elementos centrais desse legado que se manifestariam posteriormente na experiência pioneira do Jenotdel.

2.2 O Dia Internacional da Mulher: sua origem socialista

O 8 de março consolidou-se historicamente como marco político fundamental do movimento internacional de mulheres não através de um único evento fundador, mas como síntese complexa de lutas que articularam classe e gênero em diferentes países e contextos históricos específicos. Recuperar sua gênese real e os silenciamentos sistemáticos que a cercam é essencial para compreender adequadamente a posterior institucionalização da luta feminina na experiência soviética via Jenotdel, bem como para desmitificar narrativas despolitizadas que obscurecem o caráter classista e socialista das origens desta data.

A proposta foi aprovada por unanimidade pelas 100 delegadas presentes na I Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, representando 17 países, estabelecendo o compromisso de realizar anualmente manifestações simultâneas em diferentes países para fortalecer a luta das mulheres trabalhadoras.

A I Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, ocorreu em 1907, em Stuttgart, quando foram aprovadas resoluções sobre o sufrágio universal, a igualdade salarial e a proteção social às mães trabalhadoras. Três anos depois, em 1910, na II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas em Copenhague, sem uma data específica definida, foi proposta a criação do Dia Internacional da Mulher pela dirigente comunista alemã Clara Zetkin. Como lembra Maria Lygia Quartim de Moraes:

Foi em 1910, na II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, realizada em Copenhague, que se aprovou a proposta de instituir o Dia Internacional da Mulher. A data tinha como objetivo fortalecer a luta pelo sufrágio feminino e articular o movimento das mulheres trabalhadoras à luta de classes. (MORAES, 2015, p. 32).

O primeiro Dia Internacional da Mulher foi celebrado em 19 de março de 1911 na Alemanha, Áustria, Dinamarca e Suíça, mobilizando mais de um milhão de mulheres que saíram às ruas reivindicando direito ao voto, direito ao trabalho, fim da discriminação no emprego e acesso à educação. Essa primeira celebração demonstrou o potencial mobilizador da proposta e

sua capacidade de articular demandas específicas das mulheres com a luta mais ampla da classe trabalhadora.

Todavia, a conexão histórica com o 8 de março estabeleceu-se definitivamente a partir dos eventos revolucionários de 1917 na Rússia. Em 23 de fevereiro de 1917 (8 de março no calendário gregoriano), operárias têxteis de Petrogrado saíram às ruas em greve massiva exigindo “pão e paz”, iniciando o processo que culminaria na queda do czarismo, como assinalamos. O protagonismo das mulheres trabalhadoras no início da Revolução de Fevereiro foi decisivo e incontestável. Como relata Alexandra Kollontai:

Em 23 de fevereiro de 1917, as operárias têxteis de Petrogrado saíram às ruas exigindo ‘pão e paz’. Sua mobilização espontânea arrastou rapidamente outros setores da classe trabalhadora - metalúrgicos, ferroviários, soldados - e culminou na queda do czar em poucos dias. Foi um momento decisivo da história mundial, protagonizado pelas mulheres trabalhadoras russas que transformaram sua revolta contra a fome e a guerra em revolução política. (KOLLONTAI, 1927, apud BOITEMPO, 2025)

Entretanto, fatos e aspectos fundamentais desse percurso histórico foram sistematicamente apagados por versões simplificadoras e despolitizadoras que deslocaram o protagonismo socialista e operário das origens do 8 de março. O exemplo mais emblemático dessa “política de memória” despolitizadora é a persistente associação da data ao incêndio de 1911, na fábrica Triangle Shirtwaist Company em Nova York. Embora este incêndio tenha sido uma tragédia real, com enorme impacto no movimento operário norte-americano, causando a morte de 146 trabalhadores, de maioria imigrantes, ele não originou o 8 de março nem definiu sua data, que já havia sido estabelecida pelos eventos revolucionários russos (GONZÁLEZ, 2010; BAY, 2001; OLIVEIRA e ROTENBERG, 2019). O legado das mulheres marxistas e revolucionárias russas é não apenas apagado como substituído por outra memória, igualmente de mulheres e de resistência, ainda que, a própria história da luta das operárias norte-americanas (tal memória) tenha sido ressignificada como uma história das vítimas e não de suas lutas. O legado do 8 de março continua disputado. Enquanto organizações feministas internacionalmente buscam resgatar suas reais origens, há um insistente esvaziamento de seus significados políticos. Nalu Faria adverte que, nos últimos anos, há uma “tendência para chamados de mobilização para o “8M”, e não mais para o “8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres”” (2019, p. 25). Essa alteração abre espaço para o que a autora denomina de *esvaziamento*, uma banalização

anônima do feminismo, cujo objetivo é dificultar a participação e organização popular nas mobilizações e distanciar a data de sua gênese com a luta das mulheres na Revolução Russa.

A persistência desse mito opera como estratégia ideológica que oculta deliberadamente a mediação do internacionalismo socialista e o papel das trabalhadoras organizadas politicamente - eixo central do sentido histórico da data. Sobre o apagamento das origens da comemoração e em sua pesquisa sobre as origens do Dia Internacional da Mulher, Ana Isabel Álvarez González afirma:

A associação do 8 de março ao incêndio da Triangle opera como despolitização sistemática da memória histórica, substituindo a organização consciente e revolucionária das mulheres trabalhadoras por uma tragédia que as vitimiza e despolitiza. Essa operação ideológica serve para ocultar o caráter anticapitalista e socialista das origens da data, tornando-a palatável ao sistema dominante. (GONZÁLEZ, 2010, p. 45).

Em 1921, durante a Conferência de Mulheres Comunistas realizada paralelamente ao III Congresso da Internacional Comunista em Moscou, decidiu-se oficialmente unificar a comemoração internacional em 8 de março, consolidando definitivamente o vínculo simbólico e político entre mobilização proletária feminina e emancipação revolucionária. Essa decisão formalizou uma data que já carregava profundo simbolismo revolucionário e estabeleceu o 8 de março como referência permanente para as lutas femininas internacionais.

Segundo análise de Oliveira e Rotenberg (2019), o 8 de março, enraizado historicamente no congresso socialista internacional e nas greves revolucionárias de 1917, legou três dimensões estratégicas fundamentais para as trabalhadoras de todo o mundo, a saber: 1) a organização: a articulação sistemática entre sindicatos, partidos socialistas e coletivos específicos de mulheres, ampliando a escala e a efetividade das demandas (sufrágio universal, direitos civis e sociais, proteção do trabalho, socialização do cuidado); o internacionalismo: a circulação transnacional de táticas de luta, resoluções políticas e campanhas coordenadas, preparando o terreno organizativo e ideológico para experiências como o Jenotdel (1919-1930); e o programa: dando centralidade ao trabalho e às condições materiais na emancipação feminina, deslocando leituras moralizantes, assistencialistas ou puramente culturais da opressão das mulheres.

Por fim, observa-se que o apagamento sistemático das origens socialistas do 8 de março reflete disputas ideológicas mais amplas sobre a memória da luta das mulheres e sobre as

possibilidades contemporâneas de articulação entre feminismo e socialismo, ou entre feminismo e anticapitalismo.

A recuperação de sua gênese revolucionária é fundamental para compreender porque foi durante a experiência socialista soviética que direitos reprodutivos e direitos sociais tiveram um alcance tão largo, inalcançado para a maioria das mulheres mais de 100 anos depois, bem como se articulou historicamente a relação entre feminismo e luta de classes, fornecendo elementos teóricos e políticos essenciais para analisar criticamente a experiência do Jenotdel e sua relevância para os debates feministas contemporâneos, para as pautas e conquistas das mulheres.

2.3 O Secretariado Internacional: a formação de redes transnacionais de mulheres socialistas

O desenvolvimento do feminismo socialista internacional nas primeiras décadas do século XX não pode ser compreendido adequadamente sem analisar as redes transnacionais de comunicação, intercâmbio e solidariedade que se estabeleceram entre militantes de diferentes países, criando uma verdadeira “internacional feminina” que transcendia as fronteiras nacionais e conectava experiências locais específicas com processos revolucionários mais amplos. Essas redes constituíram a base organizativa e ideológica que permitiu a circulação de ideias, táticas de luta e experiências práticas entre mulheres socialistas de diversos contextos nacionais.

A correspondência sistemática entre lideranças como Clara Zetkin (Alemanha), Alexandra Kollontai (Rússia), Angelica Balabanoff (Itália), Sylvia Pankhurst (Inglaterra) e outras militantes criou canais permanentes de comunicação política que funcionavam independentemente das estruturas partidárias masculinas dominantes. Através dessas cartas, as mulheres socialistas trocavam informações sobre estratégias organizativas, debatiam questões teóricas complexas sobre a articulação entre gênero e classe, e coordenavam campanhas internacionais.

A imprensa feminina socialista desempenhou papel fundamental na consolidação dessas redes transnacionais. Jornais como *Die Gleichheit* (A Igualdade), editado por Clara Zetkin na Alemanha, *Rabotnitsa* (A Trabalhadora) na Rússia, e *The Woman Worker* na Inglaterra, não apenas informam sobre as lutas locais, mas traduzem e republicam artigos de militantes de outros países, criando um verdadeiro circuito internacional de ideias feministas socialistas.

O intercâmbio de militantes entre diferentes países foi outro aspecto crucial dessas redes. Alexandra Kollontai, por exemplo, viveu períodos na Alemanha, França e outros países europeus, estabelecendo contatos pessoais e políticos que seriam fundamentais para sua posterior atuação na Rússia revolucionária. Essa circulação de pessoas permitia não apenas a troca de experiências, mas também a adaptação de táticas organizativas desenvolvidas em um contexto nacional para realidades sociais diferentes.

As conferências internacionais de mulheres socialistas funcionavam como momentos de síntese e articulação dessas redes, permitindo encontros presenciais entre militantes que mantinham correspondência regular e coordenavam ações políticas. Além das duas conferências oficiais, a primeira de Stuttgart em 1907, a segunda em Copenhague em 1910, ocorreram dezenas de encontros menores, regionais e temáticos, que mantinham ativa a articulação internacional.

Durante a Primeira Guerra Mundial, essas redes transnacionais foram fundamentais para manter o internacionalismo socialista vivo apesar da pressão nacionalista e do clima de guerra que dominava a Europa. Mulheres socialistas de países inimigos mantiveram correspondência clandestina, denunciaram conjuntamente o caráter imperialista da guerra, e organizaram iniciativas pacifistas que desafiavam abertamente as políticas de seus respectivos governos nacionais.

A Conferência de Mulheres Socialistas de Berna (1915), organizada paralelamente à conferência socialista masculina, reuniu militantes de países beligerantes que reafirmaram seus compromissos internacionalistas e denunciaram a guerra como conflito entre burguesias nacionais que sacrificava os trabalhadores. Clara Zetkin, Angelica Balabanoff, Alexandra Kollontai e outras lideranças presentes estabeleceram as bases políticas que orientariam a reorganização do movimento feminino socialista após a I Guerra Mundial.

Essas redes transnacionais influenciaram decisivamente a experiência do Jenotdel, fornecendo referências organizativas, programáticas e táticas que foram adaptadas às condições específicas da sociedade russa pós-revolucionária. As mulheres bolcheviques que criaram o Jenotdel não partiram do zero, mas puderam aproveitar décadas de acúmulo teórico e prático do feminismo socialista internacional.

A Internacional Comunista, fundada em 1919, institucionalizou essas redes através do Secretariado Internacional das Mulheres Comunistas, dirigido inicialmente por Alexandra

Kollontai e posteriormente por Clara Zetkin. Esse secretariado coordenava as atividades dos departamentos femininos dos partidos comunistas de diversos países, promovia intercâmbio de experiências e organizava campanhas internacionais específicas.

O legado dessas redes transnacionais transcende o período histórico específico em que atuaram, estabelecendo precedentes organizativos e políticos para movimentos feministas posteriores. A compreensão de que a opressão das mulheres é um fenômeno internacional que exige respostas coordenadas em escala global, a importância da solidariedade entre mulheres de diferentes países e classes sociais, e a necessidade de articular lutas locais com processos de transformação social mais amplos constituem elementos centrais desse legado que, por um lado continua inspirando movimentos feministas contemporâneos, mas, por outro, sofre com os processos de esvaziamentos e apagamentos da memória da Revolução Russa.

3 O JENOTDEL (1919-1930): PIONEIRISMO NA SOCIALIZAÇÃO DO CUIDADO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LUTA FEMININA

3.1 Criação e estrutura organizacional

O Jenotdel (Женотдел, abreviação de Zhenskii Otdel - “Departamento das Mulheres”) foi criado oficialmente em novembro de 1919 como seção especial do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, constituindo a primeira experiência mundial de institucionalização governamental da luta feminina numa perspectiva explicitamente socialista e revolucionária.

Sua criação representou o reconhecimento oficial por parte da liderança bolchevique de que a simples formalização da igualdade legal entre homens e mulheres, estabelecida pela Constituição soviética, não seria suficiente para romper com séculos de opressão patriarcal profundamente enraizada nas estruturas sociais, culturais e econômicas da sociedade russa.

O órgão foi estabelecido sob a liderança política e intelectual de figuras como Inessa Armand, sua primeira diretora, Alexandra Kollontai, Nádia Krupskaja e outras militantes bolcheviques que haviam participado ativamente tanto da revolução quanto dos debates internacionais sobre a questão da mulher. Sua função institucional era organizar politicamente as mulheres dentro do projeto socialista mais amplo, partindo da compreensão teórica e política de que a libertação feminina exigia necessariamente uma transformação radical e sistemática das condições materiais de vida, trabalho e reprodução social.

Como destaca Senna (2014), com a criação do Jenotdel, o partido bolchevique buscava melhorar as condições materiais e modificar o papel da mulher na sociedade. As tarefas consideradas há séculos como “naturalmente femininas” se tornaram dever do Estado.

A estrutura organizacional do Jenotdel foi concebida para operar simultaneamente em múltiplas escalas territoriais e administrativas: nacional, regional, local e setorial. No nível nacional, o Departamento das Mulheres elaborava diretrizes políticas gerais, coordenava campanhas de alcance soviético e mantinha relações com o Secretariado Internacional das Mulheres Comunistas. Regionalmente, organizava-se segundo as especificidades territoriais, étnicas e culturais das diferentes repúblicas soviéticas, com atenção particular às regiões muçulmanas da Ásia Central, onde a opressão feminina assumia formas específicas relacionadas

às tradições religiosas e culturais locais. Segundo Burcu Özdemir (2019, p. 161. Tradução Google),

The tasks of Zhenotdel was to help in the emancipation of women from the drudgery of private child care and food preparation and also to help to resolve the issues of abortion, prostitution, unemployment etc. Another task of the Zhenotdel was to become a part of the Soviet society the so-called “women of the East” - the Muslim women.

Localmente, o Jenotdel desenvolveu sua inovação organizacional mais significativa: o sistema das delegadas (*delegatki*), mecanismo revolucionário de organização popular que levava a política socialista diretamente até bairros operários, vilas camponesas e fábricas, criando canais diretos de comunicação entre o Estado socialista e as mulheres trabalhadoras. As delegadas eram mulheres eleitas democraticamente em suas comunidades de trabalho ou residência para representar os interesses femininos específicos e implementar concretamente as políticas elaboradas pelo Departamento das Mulheres. Esse sistema promovia a vivência prática da nova vida socialista, articulando representação política com transformação cotidiana das relações sociais. Como observa Thaiz Senna em sua pesquisa sobre o Jenotdel:

O sistema das delegadas representou uma inovação organizacional sem precedentes na história mundial, criando canais diretos e democráticos entre o Estado socialista e as mulheres trabalhadoras de base. As delegatki não apenas implementavam políticas elaboradas superiormente, mas as formulavam a partir de suas experiências concretas como trabalhadoras, mães e militantes, estabelecendo um fluxo dialético entre teoria e prática, entre direção política e base social. (SENNA, 2022, p. 89).

Durante seus onze anos de funcionamento, o Jenotdel conseguiu reunir e organizar cerca de 620 mil mulheres delegadas, que participavam ativamente das decisões sobre políticas públicas voltadas especificamente às mulheres na União Soviética. Essa participação massiva demonstra tanto a capilaridade quanto a efetividade organizacional do Departamento das Mulheres, bem como a resposta entusiástica das mulheres trabalhadoras soviéticas à possibilidade de participação política direta e organizada.

A estrutura do Jenotdel incluía também seções especializadas por área de atuação: educação e alfabetização, saúde e proteção materna-infantil, trabalho e produção, legislação e direitos, cultura e propaganda. Cada seção desenvolvia programas específicos adaptados às

necessidades concretas das mulheres trabalhadoras, mas sempre articulados com os objetivos gerais de transformação socialista da sociedade.

O financiamento do Jenotdel provinha diretamente do orçamento estatal, o que garantia sua autonomia relativa em relação a outras organizações e sua capacidade de implementar programas de larga escala. No entanto, os recursos eram limitados pelas condições econômicas difíceis do período pós-revolucionário, marcado pela guerra civil (1918-1921), pela intervenção estrangeira e pelas enormes tarefas de reconstrução nacional.

3.2 Práticas revolucionárias e transformação da reprodução social

O Jenotdel assumiu tarefas de socialização do cuidado promovendo uma rede de proteção amparada pelo Estado. Em outras palavras, o trabalho doméstico e o cuidado das crianças não deveriam mais ser tarefas individuais atribuídas exclusivamente às mulheres, mas sim instalações comunitárias (refeitórios públicos, lavanderias, oficinas de costura) deveriam ser criadas para essas tarefas. Isso transcendia a militância partidária tradicional e a simples propaganda política, propondo-se através de políticas públicas inovadoras a reorganizar a própria base material da reprodução social soviética e da condição das mulheres relegadas ao trabalho do espaço privado doméstico, promovendo transformações estruturais na organização da vida cotidiana e do espaço que antes era somente do núcleo da família. Seu objetivo central era a emancipação efetiva das mulheres através da transformação radical de suas condições materiais e estruturais de existência e condição na sociedade, fazendo a inserção qualificada no projeto socialista de construção de uma nova sociedade.

A formação da “Nova Mulher” - conceito teórico e político desenvolvido sistematicamente por Alexandra Kollontai - constituía o horizonte estratégico fundamental do Departamento das Mulheres. Tratava-se de formar mulheres politicamente conscientes, alfabetizadas, economicamente ativas e, por consequência, socialmente emancipadas, rompendo definitivamente com o modelo tradicional de feminilidade burguesa baseado na subordinação doméstica, na dependência econômica e na exclusão da vida pública.

Entre as principais realizações práticas do Jenotdel, destacou-se a construção sistemática de uma infraestrutura coletiva de socialização do trabalho doméstico, que incluía: creches públicas, lavanderias comunitárias, refeitórios coletivos, asilos para idosos e centros de saúde

especializados no atendimento materno-infantil. Essa infraestrutura tinha por objetivo estratégico retirar das mulheres o fardo exclusivo e individual do trabalho doméstico, socializando tarefas historicamente privatizadas para permitir às mulheres maior tempo e possibilidade de participação na produção social e na vida política em suas questões e temas da vida pública. Na perspectiva de Alexandra Kollontai:

A socialização do trabalho doméstico não é apenas uma questão de comodidade ou de justiça individual, mas condição material fundamental para a emancipação feminina efetiva. Enquanto as mulheres permanecerem aprisionadas individualmente às tarefas domésticas repetitivas e não-remuneradas, sua participação plena na vida social, política e cultural será materialmente impossível. A sociedade socialista deve assumir coletivamente as tarefas de reprodução da vida, liberando as energias femininas para a construção consciente do futuro. (*Apud* JARDIM, 2018 p. 94).

O Departamento das Mulheres promoveu extensas campanhas de alfabetização especialmente direcionadas às mulheres camponesas e das regiões muçulmanas da Ásia Central, onde as taxas de analfabetismo feminino chegavam a 95% em algumas áreas. Essas campanhas articulavam sistematicamente educação formal com formação política, utilizando a alfabetização como instrumento de conscientização social e organização política das mulheres trabalhadoras.

Na região da Ásia Central, o Jenotdel enfrentou desafios específicos e complexos relacionados às tradições culturais e religiosas locais. A famosa campanha Hujum (“Assalto”) visava a liberação das mulheres muçulmanas do uso obrigatório do véu (paranja), articulando essa questão simbólica com demandas concretas de acesso à educação, ao trabalho remunerado e à participação política. Embora controversa e não isenta de problemas, essa campanha demonstra como o Departamento das Mulheres tentava articular a emancipação feminina com respeito às especificidades culturais, mas ainda, com o objetivo de secularização.

O Jenotdel atuou também decisivamente na criação e desenvolvimento de cooperativas de trabalho especificamente femininas, especialmente na produção têxtil, alimentícia e artesanal. Essas cooperativas ofereciam alternativas econômicas concretas às mulheres, permitindo sua inserção qualificada na produção social sem reproduzir as formas despóticas típicas do trabalho no capitalismo. As cooperativas funcionavam segundo princípios socialistas de gestão coletiva, distribuição equitativa dos resultados e colocava na prática uma formação política das mulheres.

Como documenta Wendy Goldman em sua pesquisa sobre mulheres, Estado e revolução na URSS:

As cooperativas organizadas pelo Jenotdel representaram tentativa concreta e bem-sucedida de socializar a produção numa perspectiva especificamente feminista, combinando autonomia econômica das mulheres com formas coletivas e democráticas de organização do trabalho. Essas experiências demonstraram na prática que era possível superar tanto a exploração capitalista quanto a subordinação patriarcal através de formas superiores de organização social. (GOLDMAN, 2014, p. 156).

Além dessas realizações na esfera produtiva e educacional, o Departamento das Mulheres foi fundamental na implementação de políticas reprodutivas progressistas que colocaram a União Soviética na vanguarda mundial dos direitos das mulheres, não somente naquele período mas até os dias de hoje.

A legalização do aborto em 1920, a ampliação e simplificação do direito ao divórcio, bastando a vontade de uma das partes, a igualdade legal entre filhos legítimos e ilegítimos, e o reconhecimento da união livre como forma válida de relacionamento, constituíram medidas pioneiras que reconheciam a autonomia reprodutiva e afetiva como direitos fundamentais das mulheres. Além disso, o Jenotdel organizou também um sistema nacional de proteção materna-infantil que incluía licença-maternidade remunerada, assistência médica gratuita durante a gravidez e o parto, bem como programas de nutrição para gestantes e crianças, políticas de proteção social que evitavam o abandono das mulheres à própria sorte.

3.3 O *delegatki* e a capilaridade organizacional do Jenotdel: a experiência das mulheres na vida pública

Politicamente, o sistema das delegadas, *delegatki*, constituiu a inovação organizacional mais significativa e duradoura do Jenotdel, representando uma forma pioneira de democracia participativa que articulava representação política com transformação social concreta, criando canais diretos de comunicação entre o Estado socialista e as mulheres trabalhadoras de base. Esse sistema operava através da eleição democrática de mulheres em seus locais de trabalho ou residência para mandatos rotativos de representação e implementação de políticas específicas voltadas à emancipação feminina.

As delegadas eram eleitas em assembleias abertas realizadas em fábricas, bairros operários, comunas rurais e outras unidades de organização social, através de processo democrático que priorizava mulheres com experiência de trabalho, consciência política e capacidade de liderança comunitária. Os mandatos tinham duração limitada (geralmente seis meses a um ano) e eram rotativos, garantindo que o maior número possível de mulheres pudesse ter experiência direta de participação política e administrativa.

As funções das delegadas eram diversas, incluindo: organização de campanhas educacionais e de alfabetização; implementação de políticas de saúde materno-infantil; coordenação de serviços coletivos como creches e refeitórios; mediação de conflitos familiares e comunitários; formação política de outras mulheres; e articulação entre as demandas locais e as políticas nacionais do Jenotdel.

O sistema funcionava através de uma estrutura piramidal democrática: as delegadas de base elegiam representantes regionais, que por sua vez participavam de conferências nacionais onde se definiam as diretrizes gerais do Departamento das Mulheres. Essa estrutura garantia simultaneamente a participação de base e a coordenação nacional, evitando tanto o localismo disperso quanto a centralização burocrática.

As delegadas não eram simplesmente executoras de políticas elaboradas superiormente, mas participavam ativamente da formulação dessas políticas a partir de suas experiências concretas como trabalhadoras, mães e militantes. Existia um fluxo dialético permanente entre base e direção, entre experiência local e política nacional, entre demandas específicas das mulheres e projeto socialista geral. Esse sistema representou uma das experiências mais avançadas de democracia participativa na história mundial. (SENNA, 2022, p. 134).

O sistema das delegadas enfrentou resistências significativas tanto dentro quanto fora do Partido Comunista. Muitos dirigentes homens viam com desconfiança essa forma de organização específica das mulheres, temendo que pudesse fragmentar a unidade da classe trabalhadora ou criar “corporativismo feminino” incompatível com os princípios socialistas. Essas resistências refletiam a persistência de concepções patriarcais mesmo dentro do movimento revolucionário.

Por sua vez, muitas mulheres inicialmente resistiam à participação política direta, seja por falta de experiência prévia, seja por sobrecarga de trabalho doméstico, seja por pressões familiares e comunitárias. O Jenotdel desenvolveu estratégias específicas para superar essas

resistências, incluindo formação política adaptada ao nível educacional das participantes, organização de atividades que combinavam política com questões práticas do cotidiano, e criação de redes de apoio mútuo entre as delegadas.

O impacto social do sistema das delegadas foi profundo e duradouro. Centenas de milhares de mulheres tiveram sua primeira experiência de participação política direta, desenvolvendo capacidades de liderança, organização e análise que transformaram não apenas suas vidas individuais, mas também suas comunidades. Muitas delegadas posteriormente ocuparam posições de responsabilidade em sindicatos, cooperativas, nos sovietes locais e outras instituições socialistas. Segundo Lapidus (1978),

As conquistas da revolução trouxeram às mulheres igualdade total na vida econômica, política e social. Ao destruir as bases elitistas da democracia burguesa, o socialismo abriu caminho para a democratização da vida política e a plena participação das mulheres. (Apud. BINBHAM, 2012, p. 25. Tradução nossa).

A capilaridade organizacional alcançada por meio desse sistema impressiona: o Jenotdel conseguiu chegar a regiões remotas da União Soviética, incluindo aldeias camponesas isoladas e comunidades nômades da Ásia Central, levando também a propaganda política, mas serviços concretos e oportunidades reais, com o sucesso das campanhas de alfabetização e de implementação de políticas de saúde para terrenos mais remotos do extenso território russo soviético.

O sistema das delegadas influenciou posteriormente outras experiências de organização popular em diversos países, constituindo referência importante para movimentos que buscam articular democracia participativa com transformação social. Seus princípios de rotatividade de mandatos, articulação entre base e direção organizativa, combinação de representação com ação concreta e formação política, continuam inspirando experiências organizativas contemporâneas.

Bingham (2012) afirma que as políticas implementadas durante a Revolução Russa para as mulheres foram consideradas como algumas das mais progressistas do mundo. Grande parte da legislação passou a ser defendida pelos movimentos feministas dos Estados Unidos e da Europa Ocidental na década de 1960 e políticas semelhantes foram adotadas décadas mais tarde no Ocidente, incluindo

a flexibilização da legislação do divórcio, a ampla legalização do aborto por demanda, a abolição das distinções legais relativas a filhos nascidos fora do casamento e desvalorização do casamento por meio de esforços crescentes no sentido de um tratamento virtualmente igualitário, se não totalmente igualitário, da união entre pessoas do mesmo sexo em relação ao casamento (CARDON, 2007, 276).

3.4 O legado das campanhas de alfabetização e formação política

As campanhas de alfabetização organizadas pelo Jenotdel constituíram uma das experiências mais significativas e bem-sucedidas de educação popular na história mundial, articulando sistematicamente a luta contra o analfabetismo com a formação política das mulheres trabalhadoras e com a transformação das relações sociais de gênero. Essas campanhas partiam da compreensão de que a alfabetização não era apenas uma questão técnica ou individual, mas um instrumento fundamental de emancipação social e política das mulheres.

Na Rússia pré-revolucionária, as taxas de analfabetismo feminino eram dramaticamente altas, especialmente entre as camponesas e as mulheres das nacionalidades não-russas. Segundo dados do censo de 1897, apenas 13% das mulheres russas sabiam ler e escrever, percentual que caía para menos de 5% nas regiões muçulmanas da Ásia Central. Essa situação representava um obstáculo fundamental tanto para a participação política das mulheres quanto para sua inserção qualificada na produção social.

O Jenotdel desenvolveu uma metodologia específica de alfabetização que combinava o ensino da leitura e escrita com a discussão de questões políticas e sociais relevantes para a vida das mulheres trabalhadoras. Os textos utilizados nas aulas abordavam temas como direitos das mulheres, organização sindical, saúde reprodutiva, cuidado infantil, cooperativismo, sempre articulando questões práticas do cotidiano com análises políticas mais gerais sobre o socialismo e a emancipação feminina.

As educadoras populares eram recrutadas principalmente entre as próprias delegadas do Jenotdel, mulheres que haviam desenvolvido experiência política e capacidade de liderança através de sua participação no sistema organizativo do Departamento das Mulheres. Essas educadoras recebiam formação pedagógica específica, mas mantinham vínculos orgânicos com as comunidades onde atuavam, garantindo que o processo educativo fosse dialógico e participativo. Responsável pela coordenação nacional das políticas educacionais soviéticas, Nádía Krupskaja menciona sobre a alfabetização das mulheres:

A alfabetização das mulheres trabalhadoras não pode ser separada de sua formação política e de sua organização como força social consciente. Ensinar uma mulher a ler e escrever sem despertar sua consciência política é prepará-la apenas para ser melhor explorada. Por isso, nossas campanhas de alfabetização são simultaneamente campanhas de conscientização e organização das mulheres trabalhadoras para a luta por sua emancipação. (KRUPSKAIA, 1925).

As campanhas foram organizadas através de múltiplas modalidades adaptadas às diferentes situações concretas: círculos de alfabetização em fábricas durante os intervalos de trabalho; escolas noturnas em bairros operários; cursos intensivos durante períodos de menor atividade agrícola; e programas itinerantes para comunidades rurais isoladas. Essa diversidade de modalidades garantia que as campanhas pudessem alcançar mulheres em diferentes situações de vida e trabalho.

Na Ásia Central, as campanhas enfrentaram desafios específicos relacionados às tradições culturais e religiosas locais. O Jenotdel desenvolveu estratégias cuidadosas para superar as resistências familiares e comunitárias à educação das mulheres, incluindo o trabalho com lideranças religiosas progressistas, a organização de escolas femininas separadas, e a formação de educadoras locais que pudessem atuar respeitando as sensibilidades culturais específicas.

Além do letramento, o Jenotdel organizou programas de formação política mais avançada para mulheres que demonstravam capacidade e interesse em liderança. Esses programas incluíam cursos sobre economia política, história do movimento operário, organização sindical, legislação trabalhista e direitos das mulheres. Muitas participantes desses cursos posteriormente assumiram posições de responsabilidade em diversas instituições soviéticas.

As campanhas de alfabetização tiveram impactos que transcenderam seus objetivos imediatos. Elas contribuíram decisivamente para a transformação das relações familiares e comunitárias, fortalecendo a autoestima e a capacidade de organização das mulheres trabalhadoras.

A metodologia desenvolvida pelo Jenotdel influenciou posteriormente outras experiências de educação popular em diversos países, constituindo referência importante para movimentos que buscam articular alfabetização com conscientização política. Os princípios pedagógicos desenvolvidos - partir da experiência concreta dos educandos, articular questões locais com análises políticas gerais, combinar educação com organização - anteciparam em

décadas os desenvolvimentos da pedagogia crítica e da educação popular. Um exemplo é a educação cubana cuja campanha educacional erradicou o analfabetismo já em 1961 (LÓPEZ, 2011) e implementou princípios educativos equivalentes à experiência soviética.

4 ANÁLISE CRÍTICA: AVANÇOS, LIMITES E CONTRADIÇÕES

4.1 A socialização da reprodução como condição para a emancipação

A experiência histórica do Jenotdel revelou, concretamente, pela primeira vez na história mundial, a centralidade estratégica da reprodução social para qualquer projeto consequente de emancipação feminina, antecipando em quase um século debates contemporâneos sobre economia do cuidado e políticas públicas de reprodução social. Ao reconhecer que a libertação das mulheres não poderia ocorrer sem a transformação radical das condições materiais da vida cotidiana, o Departamento das Mulheres desenvolveu uma compreensão prática da articulação dialética entre produção e reprodução que continua sendo referência fundamental para os movimentos feministas contemporâneos.

A proposta de socialização sistemática do trabalho doméstico representou uma ruptura teórica e política radical com a organização patriarcal tradicional da sociedade, questionando na prática a naturalização da responsabilidade feminina pelo cuidado e propondo sua coletivização através de infraestrutura pública adequada. Ao invés de aceitar como inevitável a dupla jornada feminina - trabalho produtivo mais trabalho doméstico -, o Jenotdel propôs a criação de creches públicas, lavanderias comunitárias, refeitórios coletivos e outras instituições que assumissem socialmente as tarefas historicamente privatizadas no âmbito familiar.

Como teorizava sistematicamente Alexandra Kollontai, principal elaboradora teórica dessa perspectiva:

A verdadeira emancipação das mulheres só será possível quando o trabalho doméstico for transformado de fardo individual e privado em responsabilidade social e coletiva. A sociedade socialista deve assumir conscientemente as tarefas de reprodução da vida - alimentação, limpeza, cuidado das crianças, assistência aos idosos -, liberando as energias femininas para participação plena na produção social, na vida política e no desenvolvimento cultural. Esta não é uma questão de comodidade, mas de justiça social e eficiência econômica. (*Apud* JARDIM, 2018, p. 118).

Essa perspectiva antecipou de forma notável análises feministas contemporâneas que identificam o trabalho reprodutivo não-remunerado como pilar invisível, mas fundamental, do funcionamento do capitalismo. Como demonstra Silvia Federici em suas pesquisas sobre

trabalho doméstico e acumulação capitalista, o trabalho reprodutivo das mulheres é essencial para a reprodução da vida cotidiana e geracional da força de trabalho. Não obstante subvalorizado, ele constitui elemento oculto e massivo, imprescindível no processo de acumulação de capital em sua dimensão global. O Jenotdel operacionalizou essa compreensão teórica em políticas públicas concretas, construindo efetivamente uma infraestrutura coletiva que reduziu parcialmente a sobrecarga doméstica feminina e permitiu maior participação das mulheres na vida social e política. Embora limitada pelos recursos materiais disponíveis no contexto de um país devastado pela guerra civil (1918-1921), essa experiência demonstrou a viabilidade prática da socialização reprodutiva e seus efeitos emancipatórios, a saber:

As cooperativas de trabalho organizadas especificamente para mulheres representaram a tentativa inovadora de superar a divisão sexual do trabalho e superar o preconceito ainda enraizado da tradição do homem ocupando o posto de trabalho e produção, criando espaços produtivos geridos coletivamente pelas próprias trabalhadoras. Essas iniciativas articulavam a autonomia econômica feminina com formas não-capitalistas de organização laboral, demonstrando que era possível combinar com uma nova relação social de produção.

A legalização do aborto em 1920, e a ampliação do direito ao divórcio reconhecia a autonomia das mulheres sobre seus próprios corpos e suas escolhas afetivas como direitos fundamentais e inalienáveis. Essas medidas, pioneiras em escala mundial, inscreviam os direitos reprodutivos como parte integral da cidadania socialista, superando tanto o controle patriarcal tradicional quanto as limitações do feminismo burguês.

O sistema nacional de proteção materna-infantil desenvolvido pelo Jenotdel articulava proteção social, evitando tanto o abandono das mulheres à própria sorte, além da licença-maternidade remunerada, assistência médica gratuita, programas de nutrição e cuidado infantil constituíam políticas que reconheciam a maternidade como função social importante sem transformá-la em uma prisão na função doméstica.

A experiência do Jenotdel demonstrou que os direitos da mulher enquanto sujeito reconhecido em suas particularidades perante a justiça não era apenas uma demanda de justiça social, mas também uma necessidade econômica para o pleno desenvolvimento das forças produtivas sociais. Ao liberar as mulheres das tarefas domésticas individualizadas, a sociedade socialista pôde aproveitar plenamente suas capacidades produtivas, intelectuais e criativas,

representando um ganho de eficiência econômica com mais mão-de-obra disponível para servir à sua comunidade e seu país.

Essa compreensão continua sendo fundamental para os debates feministas contemporâneos sobre políticas de cuidado, renda básica universal, redução da jornada de trabalho e outras propostas que visam transformar a organização da reprodução social. A experiência histórica do Jenotdel oferece elementos concretos para pensar como essas transformações podem ser implementadas na prática, quais são seus efeitos sociais e quais obstáculos devem ser superados.

4.2 Resistências internas e contradições do projeto

Apesar de seus avanços históricos inegáveis, a experiência do Jenotdel enfrentou resistências significativas e revelou contradições profundas tanto dentro quanto fora do Partido Comunista, contradições que iluminam os limites estruturais e as dificuldades práticas de qualquer projeto de transformação radical das relações de gênero, mesmo no contexto de uma revolução socialista. Essas resistências e contradições não diminuem a importância histórica da experiência, mas demonstram a complexidade dos processos de transformação social e a persistência das estruturas patriarcais mesmo em contextos revolucionários.

Mesmo no seio do Partido Comunista, que teoricamente havia assumido o compromisso com a emancipação feminina como parte integral do projeto socialista, o Jenotdel era frequentemente percebido como órgão secundário, quando não francamente incômodo para a “verdadeira” luta política. Havia resistência explícita e implícita à autonomia organizativa das mulheres, considerada por muitos dirigentes masculinos como desnecessária, “sectária” ou potencialmente diversionista diante da luta de classes mais ampla. Como observa Senna:

Mesmo no seio do partido, o Jenotdel era percebido como um órgão secundário, quando não incômodo. Havia uma resistência explícita à autonomia das mulheres, considerada muitas vezes como desnecessária ou ‘sectária’ diante da luta de classes mais ampla. (SENNA, 2021, p. 112).

Essa resistência refletia a persistência de concepções patriarcais profundamente enraizadas mesmo dentro do movimento revolucionário, demonstrando que a revolução política

não elimina automaticamente as estruturas de opressão internalizadas. De acordo com Thaiz Senna, 2021, o Jenotdel também teve que lidar com a resistência masculina dentro do próprio Partido Comunista, que frequentemente via com desconfiança a ênfase nas “questões femininas”.

O Jenotdel também enfrentou limitações materiais significativas que restringiram sua capacidade de implementar plenamente seus projetos de transformação social. A guerra civil (1918-1921), a intervenção militar estrangeira e as enormes dificuldades econômicas do período pós-revolucionário limitaram drasticamente os recursos disponíveis para implementar os programas de socialização da “função da mulher”. Muitas creches, lavanderias coletivas e refeitórios comunitários permaneceram projetos piloto ou experiências localizadas, sem conseguir a expansão nacional necessária para transformar efetivamente as condições de vida das mulheres trabalhadoras.

Além disso, a resistência cultural à transformação dos papéis de gênero se mostrou mais profunda e persistente do que inicialmente previsto pelas lideranças revolucionárias. Mesmo com mudanças legais e institucionais significativas, padrões tradicionais de comportamento e expectativas sociais de gênero permaneceram enraizados, especialmente nas áreas rurais onde vivia a grande maioria da população soviética. A transformação das mentalidades e das práticas cotidianas revelou-se um processo muito mais longo e complexo do que a transformação das estruturas políticas e econômicas.

A própria socialização do trabalho reprodutivo enfrentou obstáculos práticos consideráveis relacionados não apenas à escassez de recursos, mas também à resistência de muitas mulheres em abandonar formas tradicionais de organização doméstica. Para muitas mulheres, especialmente as mais velhas e as de origem rural, a responsabilidade pelo cuidado doméstico estava profundamente vinculada à identidade feminina e seu valor social, criando ambivalências em relação aos projetos de coletivização.

Bingham (2012) afirma que a realidade da situação econômica da Rússia após a Primeira Guerra Mundial e a guerra civil afetou o processo de “desaparecimento da família”. O esforço de guerra teria impedido a completa transferência do trabalho doméstico para a esfera pública.

Essas contradições e limitações não invalidam a importância histórica do Jenotdel, mas demonstram a complexidade dos processos de transformação social e a necessidade de estratégias de longo prazo para superar estruturas de opressão milenar. Elas indicam também que a emancipação feminina exige não apenas mudanças institucionais e econômicas, mas também

transformação cultural profunda e sustentação material adequada para que as mudanças possam se consolidar efetivamente.

4.3 Desmantelamento: o processo de dissolução do Jenotdel no Socialismo Real

A experiência do Jenotdel revelou contradições fundamentais do socialismo soviético em relação à questão de gênero, que vão além das limitações conjunturais do regime, apontando para tensões estruturais entre o projeto oficial de emancipação feminina e as formas concretas de organização do poder político no Estado socialista. Isso permite observar os limites históricos e avanços da experiência soviética no Socialismo Real, no governo Stalinista: a centralização crescente do poder político e a eliminação progressiva dos espaços de autonomia organizativa, afetou particularmente as organizações específicas das mulheres.

À medida que o regime se burocratizava e eliminava formas de participação democrática de base, os espaços de auto-organização feminina foram progressivamente restringidos e controlados, culminando na dissolução do Jenotdel em 1930.

O departamento era constantemente disputado enquanto ferramenta política, tanto no sentido de utilizá-lo para fins partidários gerais quanto para invisibilizá-lo e eventualmente dissolvê-lo. Essa disputa permanente revelava as contradições internas profundas do projeto socialista soviético em relação à autonomia feminina: ao mesmo tempo que reconhecia formalmente a necessidade da organização específica das mulheres, resistia na prática a formas de autonomia que pudessem questionar ou limitar o controle partidário centralizado. (SENNA, 2022, p. 134).

A própria concepção de “Nova Mulher”, desenvolvida teoricamente por Alexandra Kollontai, enfrentou limites práticos relacionados às condições materiais concretas da sociedade soviética. A realização do ideal da mulher emancipada, politicamente consciente e economicamente independente (seguindo o nome da proposta presente em sua obra) dependia de condições materiais - socialização do trabalho doméstico, acesso universal à educação, oportunidades de trabalho qualificado - que só puderam ser parcialmente implementadas devido às limitações econômicas e às prioridades políticas do regime soviético.

Outro fator limitante foi o programa de industrialização acelerada promovida pelos planos quinquenais. Embora tenham incorporado massivamente as mulheres na força de trabalho

industrial, reproduziu em muitos aspectos a divisão sexual do trabalho tradicional, concentrando as mulheres em setores considerados “femininos” (têxtil, alimentício, educação, saúde) e mantendo sua sub-representação nos setores estratégicos da economia e nas posições de direção técnica e política.

A questão da maternidade e do cuidado infantil exemplifica essas contradições. Embora o regime soviético tenha desenvolvido políticas avançadas de proteção materno-infantil e reconhecido a maternidade como função social importante, na prática a responsabilidade pelo cuidado das crianças continuou predominantemente feminina. A insuficiência da rede de creches e serviços coletivos fez com que muitas mulheres continuassem enfrentando a dupla jornada de trabalho produtivo e reprodutivo.

Em sua pesquisa, Bingham (2012) busca nas condições materiais e nas dificuldades impostas à economia soviética – tanto nos anos iniciais quanto no período da guerra fria – a explicação para as mudanças na política para as mulheres. Segundo a autora, a instabilidade social e econômica impediu a plena aplicação do programa bolchevique. Estima-se que na primeira década pós-revolução, havia milhões de crianças órfãs de pai, mulheres recorrendo à prostituição para sustentar a si mesmas e aos seus filhos e taxas de natalidade decrescentes. No período de Stálin, a família acabou se tornando baluarte da sociedade socialista (LAPIDUS, 1978), o “amor livre” e a liberdade sexual passaram a ser identificados como valores burgueses, o casamento uma obrigação do “bom trabalhador”. A promoção da família tornou-se assim um eixo de estabilização da sociedade e freio à redução das taxas de natalidade. O novo Código da Família de 1936 tornou o aborto ilegal e o divórcio difícil, criminalizou a homossexualidade e buscou reabilitar a família como uma resposta, supostamente eficiente, para o aumento da produtividade.

As políticas dirigidas às mulheres de nacionalidades não-russas, particularmente nas regiões muçulmanas da Ásia Central, revelaram tensões entre emancipação feminina e respeito à diversidade cultural. A campanha Hujum contra o uso do véu, embora bem-intencionada em seus objetivos emancipatórios, reproduziu, em alguns aspectos, lógicas coloniais de imposição cultural que geraram resistências e contradições.

Em dezembro de 1930, o Jenotdel foi oficialmente dissolvido por decisão do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, que argumentava que a “questão feminina” já havia sido completamente solucionada na sociedade socialista e que, portanto, não haveria mais

necessidade de um órgão específico para tratar dos problemas das mulheres. Essa decisão marcou o encerramento formal da experiência pioneira de organização feminista institucionalizada no socialismo soviético, apesar da votação interna da própria seção ter sido majoritariamente contrária à sua extinção, evidenciando que a dissolução foi imposta superiormente contra a vontade das próprias mulheres organizadas.

A dissolução do Jenotdel inseriu-se no processo mais amplo de centralização burocrática e eliminação sistemática da autonomia organizativa que caracterizou a consolidação do regime stalinista durante a década de 1920. Esse processo atingiu não apenas as organizações de mulheres, mas também sindicatos independentes, cooperativas, organizações juvenis e outras formas de participação popular, substituindo-as por estruturas verticais controladas diretamente pelo aparato partidário central. Thaiz Senna avalia sobre esse processo:

A dissolução do Jenotdel não representou apenas o fim administrativo de uma instituição específica, mas o silenciamento político de uma perspectiva revolucionária que articulava feminismo e socialismo de forma inovadora e dialética. Esse silenciamento teve consequências duradouras para o movimento internacional de mulheres socialistas, interrompendo experiências organizativas que poderiam ter se desenvolvido e influenciado outros contextos nacionais. (SENNA, 2022, p. 167).

O processo de dissolução foi gradual e sistemático, começando com a redução progressiva dos recursos financeiros destinados ao Departamento das Mulheres, a limitação de sua autonomia política e a subordinação crescente de suas atividades às diretrizes gerais do partido. Já em 1928-1929, muitas das funções específicas do Jenotdel haviam sido transferidas para outros órgãos estatais ou partidários, esvaziando progressivamente seu papel e sua capacidade de ação independente.

A resistência das mulheres organizadas à dissolução manifestou-se através de debates internos, protestos formais e tentativas de manter informalmente algumas atividades do Departamento das Mulheres. No entanto, essa resistência foi progressivamente neutralizada através de pressões políticas, transferências de lideranças para outras funções, e a própria lógica centralizadora que caracterizava o regime stalinista emergente.

Muitas das lideranças históricas do Jenotdel foram marginalizadas politicamente ou transferidas para funções menos relevantes. Alexandra Kollontai, principal teórica da emancipação feminina socialista, foi “promovida” para funções diplomáticas que a afastaram do

centro das decisões políticas internas. Outras militantes foram gradualmente excluídas das posições de liderança ou adaptaram-se às novas condições políticas abandonando suas posições mais radicais sobre a questão de gênero.

A dissolução do Jenotdel coincidiu com mudanças mais amplas na política soviética em relação à família e às relações de gênero. Durante a década de 1930, o regime promoveu uma “revalorização” da família nuclear tradicional, restringiu o acesso ao aborto, dificultou os procedimentos de divórcio e promoveu ideologicamente a maternidade como “dever patriótico” das mulheres soviéticas. Essas mudanças representaram um retrocesso significativo em relação às políticas progressistas dos anos 1920.

O contexto internacional também influenciou a decisão de dissolver o Jenotdel: o isolamento crescente da União Soviética, as pressões da industrialização acelerada e a preparação para possíveis conflitos militares criaram um ambiente político onde questões consideradas “secundárias” como os direitos específicos das mulheres foram subordinadas às “prioridades nacionais” definidas pela liderança partidária.

Por fim, sua dissolução institucional não eliminou completamente a participação das mulheres na vida política soviética, mas eliminou os canais específicos através dos quais elas podiam articular suas demandas particulares como mulheres trabalhadoras. A partir de 1930, as mulheres continuaram participando da vida social e política, mas através de organizações “neutras” em termos de gênero que não reconheciam as especificidades da opressão feminina.

Esse processo de dissolução estabeleceu um precedente histórico negativo que influenciou outros partidos comunistas e movimentos socialistas em diversos países, muitos dos quais reproduziram a lógica de que a organização específica das mulheres seria desnecessária ou até prejudicial após a conquista do poder político. Esse precedente contribuiu para o enfraquecimento do feminismo socialista internacional.

No cenário internacional, a Guerra Fria e a polarização sistemática dos Estados e seus arranjos contribuíram decisivamente para ocultar as experiências socialistas de emancipação feminina, incluindo o Jenotdel.

O combate político e ideológico do socialismo incluía necessariamente a negação de seus avanços em relação aos direitos das mulheres, reforçando narrativas que apresentavam o capitalismo liberal como sistema naturalmente mais favorável à igualdade de gênero.

A despeito do processo de apagamento histórico do feminismo socialista e da experiência do Jenotdel, especialmente em relação aos direitos reprodutivos e coletivos, vale destacar os avanços que, explícita ou implicitamente, as mulheres e movimentos feministas alcançaram internacionalmente. Em 1931, o México legaliza o aborto em caso de estupro e, em 1932, a Polônia torna-se o primeiro país europeu a legalizar o aborto em caso de estupro e risco de morte. A Islândia, em 1935, garantiu o pioneirismo do aborto voluntário no ocidente. Em 1938, regiões separatistas da Espanha e a Suécia conquistam o direito. Apenas em 1959, os Estados Unidos tratam da legalização total do aborto, que começa a ser colocado em prática por alguns estados a partir de 1967. Em 1969, foi a vez do Reino Unido instituir uma das mais liberais legislações relativas ao aborto⁷.

Levantamento da ONG Centro para os Direitos Reprodutivos aponta que 77 países legalizaram a prática do aborto, variando, todavia, o período de interrupção na gestação. Considerando os 77 países, a maioria está localizada no Norte Global, mas representa apenas 35% das mulheres em idade reprodutiva em todo o planeta, cerca de 661 milhões. Em outros 47 países, o aborto só é permitido para preservar a saúde das gestantes. Em 22 países, o aborto é totalmente proibido, mesmo quando há risco de morte⁸.

⁷ <https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/os-15-primeiros-paises-que-legalizaram-o-aborto/>

⁸ Ver:

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/aborto-e-legalizado-em-77-paises-mediante- apenas-solicitacao-confira-quais/>

5 RECONSTRUINDO A UTOPIA: O DESAFIO CONTEMPORÂNEO POR UM FEMINISMO POPULAR E ANTICAPITALISTA

5.1 Os horizontes da memória histórica: a reconstrução da utopia feminista

Recuperar criticamente o Jenotdel não significa celebrá-lo de forma nostálgica ou acrítica. Significa resgatar a complexidade e radicalidade de uma proposta que compreendeu a inseparabilidade entre gênero e classe como base de um novo projeto civilizatório. Afinal, como teórica fundamental pela emancipação da mulher, Alexandra Kollontai defendia que, embora necessário, era insuficiente inserir a mulher no trabalho produtivo para sua autonomia econômica. Era preciso ir além para transformar a estrutura familiar, os afetos do amor, os sentimentos e as práticas cotidianas.

A memória do Jenotdel renova as utopias pela reconstrução de um feminismo mais audacioso, inspira-nos a reconstruir projetos de transformação estrutural com base na articulação entre gênero, classe, raça e território, considerando o Norte e o Sul global. A partir desse resgate, torna-se possível questionar as limitações do feminismo institucional contemporâneo, que muitas vezes se restringe à inclusão de mulheres em estruturas de poder sem alterar a lógica patriarcal e capitalista que segue sustentando a desigualdade das mulheres em relação aos homens e a estrutura de poder que segue dividindo as classes e se apropriando da exploração do trabalho de esmagadora maioria de trabalhadores.

Esse legado é hoje atualizado por experiências e movimentos contemporâneos de destaque dentro da agenda do feminismo socialista, como a Marcha Mundial das Mulheres, movimento internacionalista que articula a luta feminista com as lutas anticapitalistas, antirracistas e ecossocialistas⁹. O Manifesto da Marcha de 2025 reitera o legado da Revolução Russa em seu manifesto:

Mais de cem anos atrás, mulheres resistentes iniciaram a Revolução Russa com uma grande mobilização pelo fim da guerra e da fome. Isso inspirou a criação do 8 de março

⁹ A Marcha Mundial das Mulheres é um movimento independente, auto organizado e gestado por mulheres, cuja agenda está organizada com coordenações nacionais em 61 países, com ações internacionais a cada 5 anos, a última neste ano de 2025. Historicamente, sua primeira ação internacional no ano 2000 mobilizou grupos de mulheres em mais de 150 países e territórios, consolidando-a como rede de organização política de mulheres pelo mundo, unidas pela solidariedade internacional.

como um dia de luta. Hoje, lembramos essa história porque queremos continuar essa luta radical por uma sociedade de igualdade, liberdade e paz. As resistências feministas acontecem nas ruas, nas redes e nos roçados, onde construímos e praticamos nossas alternativas, com economia feminista, agroecologia, organização popular e solidariedade. (Manifesto MMM 8 de março, 2025)

Nalu Faria, coordenadora e militante incansável da Marcha Mundial das Mulheres, alertava para a necessidade de "disputar o Estado sem fetichizá-lo", e sem perder de vista a organização autônoma das mulheres.

O 8 de Março, cuja origem remonta às lutas operárias e socialistas do início do século XX, ressurge como um marco histórico de resistência internacional. Apesar das tentativas de mercantilização, os movimentos feministas populares seguem resgatando seu sentido insurgente, ligando as demandas locais à luta global contra o patriarcado, o racismo, o colonialismo e o capitalismo, continuamente atualizando suas pautas.

A criação de secretarias e ministérios das mulheres em diversos países demonstra conquistas parciais e contraditórias, uma vez que são fruto de pressões históricas dos movimentos feministas, mas também sofrem limitações impostas pela à lógica de mercado do neoliberalismo, que reduz orçamentos, coopta o sentido original das agendas das mobilizações e despolitiza seu conteúdo para retirar seu caráter político. No Brasil, o governo Lula criou, em 2003, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que, em 2010, durante o primeiro governo Dilma Rousseff passou a ter status de Ministério. O primeiro ministério voltado para as mulheres seria criado por Dilma em 2015, intitulado Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

5.2 Por um feminismo popular e anticapitalista

O trabalho reprodutivo, historicamente invisibilizado, constitui um dos eixos centrais para compreender as interseções entre capitalismo, patriarcado e colonialidade. Como argumenta Silvia Federici (2019), o trabalho doméstico não remunerado das mulheres tem sido um dos principais pilares da produção capitalista, ao ser o trabalho que produz a força de trabalho. Argumentamos ainda que nossa subordinação aos homens no capitalismo foi causada por nossa não remuneração, e não pela natureza ‘improdutiva’ do trabalho doméstico”. Essa formulação

rompe com a naturalização secular da divisão sexual do trabalho, mostrando como a reprodução da vida é, ao mesmo tempo, exploração e condição de acumulação de capital.

Helena Hirata e Danièle Kergoat ampliam este debate ao demonstrar que a divisão sexual do trabalho não é mero resíduo cultural, mas um princípio organizador da produção capitalista.

A forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). (...) Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem ‘vale’ mais que um trabalho de mulher) (HIRATA E KERGOAT, 2007, apud CADÓ, 2020).

Ao legitimar a precarização do trabalho feminino e a desvalorização da esfera reprodutiva, o capitalismo se sustenta em formas específicas de dominação de gênero que não podem ser reduzidas à dimensão da classe, mas tampouco podem ser analisadas separadamente dela.

É nesse ponto que a contribuição de Lise Vogel propõe a chamada teoria unitária da teoria da reprodução social, sendo essa dimensão um elemento constitutivo do capitalismo, e não como apêndice secundário ou paralelo. Sua crítica ao feminismo socialista francês da década de 1960 problematiza os limites da proposta de emancipação das mulheres posto que reduzida à incorporação das mulheres ao trabalho produtivo, relegando a análise da reprodução social a um plano marginal. Sua proposta é a de recolocar a reprodução no centro da crítica da economia política, superando a dicotomia entre luta de classes e luta feminista por uma unidade dialética. Essa contribuição é fundamental para uma teoria política emancipatória que não hierarquize opressões, mas compreenda sua consubstancialidade.

Por fim, é importante destacar a contribuição da experiência feminista socialista do Jenotdel para o enfrentamento do neoliberalismo que, especialmente a partir dos anos 1990, introduziu novos mecanismos de cooptação e incorporação de certas pautas políticas das mulheres em sua agenda. A retórica do “empoderamento feminino” passou a ser instrumentalizada por empresas, e mesmo organizações multilaterais e governos, reduzindo a emancipação à lógica individual da ascensão individual pela via do mercado de trabalho,

invisibilizando as estruturas profundas de articulação entre o patriarcado e o capitalismo. Essa mercantilização da luta feminista promoveu um feminismo domesticado que converte direitos sociais em serviços privatizados, transformando a solidariedade em contrato e esvaziando a dimensão coletiva da emancipação da mulher.

É neste cenário que se fortalece a proposta do *Feminismo para os 99%*, manifesto de Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) que faz a crítica ao neoliberalismo, propondo um feminismo anticapitalista, antirracista e ecossocialista, capaz de articular as lutas das mulheres com as demandas dos trabalhadores, povos racializados, migrantes e movimentos ambientais. O *feminismo para os 99%* e as contribuições decoloniais demonstram que é impossível pensar em emancipação sem enfrentar simultaneamente classe, raça, gênero e colonialidade.

O desafio contemporâneo é, portanto, rearticular essas dimensões em um projeto político de longo alcance, capaz de confrontar as bases do neoliberalismo e da acumulação global. O projeto pelo socialismo e pelo feminismo também é, em si, um terreno de disputa: não há consenso sobre seus caminhos, e justamente por isso, ele se fortalece na pluralidade de vozes e na radicalidade da crítica. Reconhecer essa disputa é fundamental para não ceder à cooptação e para manter viva a utopia da transformação.

Essa breve discussão permite entender os horizontes pela reconstrução da utopia feminista, tendo a referência do feminismo socialista a reivindicação do horizonte transformador pelo caráter popular e de massas do movimento de mulheres, o que exige, por sua vez, a denúncia das limitações do feminismo liberal, sua atuação em formato de distração e persistente apagamento da memória do legado das lutas internacionais das mulheres trabalhadoras. O desafio contemporâneo está em reimaginar uma prática feminista que não apenas resista às formas de exploração, mas que também proponha alternativas concretas de sociabilidade baseadas na solidariedade, na autonomia dos corpos e na coletividade. Em síntese, o feminismo popular e anticapitalista se apresenta não como complemento, mas como condição fundamental da luta pelo socialismo e pela transformação da sociedade.

A memória das mulheres que lutaram, da Revolução Russa às marchas globais, nos convoca a pensar a emancipação não como promessa distante, mas como prática cotidiana e

horizonte revolucionário. O feminismo popular e anticapitalista não é apenas um capítulo da história: é a chave para construir o futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do Jenotdel (1919-1930) representou um marco histórico, sem precedentes e de vanguarda, da possibilidade de articulação entre gênero e classe como eixos centrais da superação do patriarcado e da sociedade de classes. Em seu contexto revolucionário, do primeiro Estado socialista, esse Departamento tornou-se o primeiro órgão estatal voltado à questão das mulheres, consolidando a ideia de que a emancipação feminina não era uma demanda acessória ou paralela, mas um núcleo estruturante do projeto revolucionário. A proposta do Jenotdel não era meramente de integrar formalmente às mulheres às estruturas políticas e sociais existentes, mas de transformar radicalmente o papel da mulher e sua percepção social, a partir da reorganização do tempo, do espaço e da subjetividade feminina, quando permitiu a socialização da reprodução do trabalho transformando isso em políticas sociais e infraestrutura do cuidado. Ao fazê-lo, constitui uma experiência de Estado que, através de políticas sociais, reconheceu a condição de opressão feminina em seus desdobramentos práticos de transformação da vida cotidiana das mulheres com a implementação de infraestrutura pública coletiva: creches, lavanderias, refeitórios, centros de saúde materna-infantil. Essa organização coletiva da reprodução social não apenas redistribui o trabalho de cuidado, mas permite às mulheres acesso ao espaço público, à vida política e à autonomia econômica, sem estarem aprisionadas às dinâmicas da família nuclear patriarcal.

Ao confrontar o silenciamento das experiências revolucionárias e reivindicar uma história feminista ancorada na luta de classes, este trabalho buscou reconstruir uma experiência histórica, colocando em evidência um legado potente e atual frente aos dilemas do presente para a luta das mulheres e para sua auto-organização. Amparada por recursos públicos estatais e orientada por uma estratégia socialista, as experiências construídas pelas mulheres durante a vigência do Departamento podem produzir transformações estruturais. Se elas foram historicamente efêmeras, também podem ser duradouras e permanentes.

As práticas revolucionárias e a construção institucional do Jenotdel foram conduzidas por mulheres socialistas que integraram com vanguardismo o novo sistema político que emergiu na URSS, com destaque para as propostas políticas de Alexandra Kollontai, que defendia a libertação sexual, a socialização do cuidado e o amor-camarada como parte de uma proposta de

nova ética socialista: uma nova mulher, uma nova moral da família e da sociedade. Ainda que limitadas por resistências internas e externas, essas ideias marcaram profundamente o florescimento de um Estado revolucionário na Rússia, que permitiu um reconhecimento jurídico e civil das mulheres, concedendo-lhes, o direito amplo ao divórcio, além do direito reprodutivo ao aborto, legalizado em 1920, sendo o primeiro país a legalizar a prática.

O legado do Departamento das Mulheres na URSS, é apenas o desdobramento político fruto do acúmulo internacional do projeto de feminismo socialista das trabalhadoras, cuja articulação foi fundamental para a conformação teórica do Jenotdel, e que precedeu sua viabilização política institucional. A experiência soviética do Departamento, de socialização da reprodução e das tarefas do cuidado, foi também precedida por uma ampla rede de militantes organizadas que, desde o final do século XIX, vinham construindo um feminismo de classe, anticapitalista e internacionalista. A partir das Conferências Internacionais das Mulheres Socialistas, da imprensa operária e da troca de experiências entre mulheres de diferentes países, foi possível estabelecer um acúmulo coletivo que posicionava a luta das mulheres como parte inseparável da luta de classes para a transformação estrutural da sociedade e a libertação da mulher. O impacto desse processo organizativo transnacional foi a criação do Secretariado Internacional das Mulheres Comunistas e a criação do Dia Internacional da Mulher. Fazer a recuperação crítica desse percurso internacional, reafirma o legado e conquistas das mulheres organizadas cujo resultado não foi fruto de concessões espontâneas, mas de projetos políticos organizados e estruturados sistematicamente e em escala transnacional, além de ilustrar essa herança comum de luta do pertencimento de classe e de gênero, ao passo que seu posterior apagamento evidencia uma disputa permanente em torno da memória e do significado da emancipação feminina.

No que tange uma abordagem mais pragmática e imediata do alcance e legado do Jenotdel, destaca-se a centralidade atribuída à educação como eixo estruturante da libertação feminina, aliada à socialização do cuidado, à democratização da vida cotidiana e à inserção qualificada das mulheres na vida pública e produtiva. Pelo seu breve período de duração, a ousadia do projeto impressiona: a construção de uma vasta rede de serviços sociais, as campanhas de alfabetização massiva, a criação das cooperativas de trabalho e o sistema das delegadas demonstram que era possível, mesmo em condições adversas - como de resistência e

hostilidade de homens, que eram por vezes, seus próprios camaradas-, implementar políticas públicas capazes de transformar concretamente a condição feminina em amplas parcelas da população soviética, em tão pouco tempo, com capilaridade, criatividade organizacional sem perder o horizonte do compromisso ideológico do socialismo. Nesse sentido, o Jenotdel antecipa uma crítica estrutural à divisão sexual do trabalho, operando sob o reconhecimento de que o trabalho reprodutivo é central à manutenção do sistema capitalista e patriarcal, antecipando debates que somente décadas mais tarde seriam tematizados como "economia do cuidado" e "trabalho invisível", por exemplo.

O processo de dismantelamento do órgão pela burocratização no governo stalinista encerrou o expediente revolucionário e de transformação das estruturas sociais do Departamento de Mulheres. Ao dar como resolvida a "questão da mulher", houve a recondução da agenda para com o enfoque do papel da mulher como agente coletivo na construção estatal e de incremento produtivo através do trabalho como um dever nacional, afastando-as do horizonte transformador aberto pelo Jenotdel. Sua dissolução em 1930 pela recentralização Estatal do espaço interno ao Partido Comunista, mas gerenciado pelas instâncias auto-organizativas das mulheres, esvaziou o espaço de autonomia e experimentação social, enquanto reconfigurando a mobilização feminina para o trabalho na indústria e no campo, acompanhada pela revalorização da família nuclear como célula de disciplina social e reprodutiva. A virada pró-natalista e moralizante implicou a reversão de conquistas jurídicas das mulheres pelo endurecimento do divórcio e recriminalização do aborto em um Código da Família reeditado, destacando-se a reafirmação da maternidade como natural integrante do dever patriótico.

Reivindicar esses legados políticos históricos, trazendo à luz da contemporaneidade, revela os desafios que ainda permanecem atuais na questão da desigualdade e opressão da mulher, permitindo, portanto, reafirmar a relevância e impacto da articulação do feminismo socialista no cenário mundial, e como a rede de solidariedade da opressão supera suas barreiras de nacionalidade, transcendendo uma resposta local às opressões pontuais, pois foi, e continua sendo, uma proposta de reorganização mundial da vida, ancorada na solidariedade entre mulheres trabalhadoras e na superação do capitalismo patriarcal em sua dimensão e escala global consolidada pela hegemonia desse sistema.

O desmonte do Departamento de Mulheres da URSS, longe de representar o fim da luta feminista socialista, expõe a disputa política permanente em torno dos rumos da revolução, da memória e da própria ideia de emancipação, que só acontece pelo reconhecimento e sua existência. O silenciamento institucional da questão de gênero sob o Socialismo Real não eliminou o horizonte deixado pelas mulheres que ousaram organizar coletivamente a reprodução da vida, nem impediu que seus ensinamentos ressurgissem como referência crítica frente à hegemonia neoliberal e às políticas liberais de igualdade formal. A experiência do Jenotdel nos revela uma das mais audaciosas tentativas históricas de institucionalizar a emancipação feminina em um contexto de transformação política. Seu legado permanece atual, portanto, não apenas como referência histórica, mas como horizonte político para as lutas feministas contemporâneas que seguem enfrentando os desafios da desigualdade estrutural e da invisibilização do trabalho reprodutivo.

Trazendo por fim, o debate de políticas de equidade e os desafios para o contexto do momento atual do capitalismo, em que se destaca o avanço do neoliberalismo, da precarização das relações de trabalho e da mercantilização dos corpos e da vida, retomar as lições do Jenotdel é um ato de resistência e de reencantamento pela “utopia do possível”. Mais do que uma política de mulheres, o Jenotdel foi uma proposta de reorganização da vida mas da ética social que incluía de forma ampla as mulheres nos processos mais amplos da sociedade, pois não basta permitir, mas criar condições de sua realização, como o foi na experiência do Departamento (1919-1930). E esse é o desafio que segue diante de nós: reorganizar a vida, não apenas resistir.

Por isso, reafirmar sua memória, contextualizar à contemporaneidade da luta do feminismo socialista, trazendo os debates e formulações conceituais e políticas contemporâneas sobre a Divisão Sexual do Trabalho, da permanência da opressão das mulheres no patriarcado sob o ordenamento capitalista neoliberal, cujo cenário é de esvaziamento político dos movimentos sociais e do sentido e dos rumos da luta das mulheres, constitui uma tarefa constante para ampliar as possibilidades de mudanças estruturais de fato que permitam a autonomia feminina em relação à sua vida e ao propósito dos seus corpos. Nesse sentido, a agenda internacional atual e de debates, como os movimentos da Marcha Mundial de Mulheres, o manifesto do feminismo para os 99% e as contribuições decoloniais de mulheres historicamente marginalizadas demonstram que é impossível pensar a emancipação sem enfrentar

simultaneamente classe, raça, gênero e colonialidade. O desafio contemporâneo é, portanto, rearticular essas dimensões em torno de um projeto político de longo alcance, capaz de confrontar as bases do neoliberalismo e da acumulação global. Não basta, por fim, adicionar as mulheres ao processo produtivo ou às estruturas políticas já existentes, é preciso transformar radicalmente as bases da reprodução social e da vida coletiva para que a exploração não seja escalada às vítimas mais próximas do capital, que se situam mais vulneráveis em uma condição de sobrevivência.

O resgate da memória histórica do Jenotdel é, portanto, uma tarefa política e epistemológica. Ele nos oferece um laboratório de alternativas, uma experiência que, apesar de interrompida, deixou marcas e ensinamentos fundamentais, haja vista que o apagamento deliberado do feminismo socialista das narrativas hegemônicas empobreceu a teoria e a prática feministas contemporâneas, invisibilizando experiências históricas que ofereceram e ainda oferecem alternativas reais à ordem capitalista e patriarcal dominante. A marginalização dessa experiência do Departamento e da organização internacional de mulheres socialistas que resultou no célebre Dia Internacional da Mulher, não apenas como experiência política, mas como objeto de memória, reflete uma disputa política sobre quais feminismos merecem reconhecimento e quais são excluídos por não se ajustarem aos marcos do liberalismo ocidental.

A luta das mulheres soviéticas, a conformação de uma agenda internacional, e a institucionalização de suas demandas pelo Jenotdel, não é um episódio do passado, mas uma chave de leitura do presente. A radicalidade de sua proposta, sua força organizativa e sua visão integrada de transformação social seguem atuais e urgentes, bem como nos mostram que o projeto pelo socialismo e pelo feminismo, em si mesmos, constituem terrenos de disputa: não há consenso sobre seus caminhos; o que há é a mobilização em torno de suas pautas e formulações políticas que permitam sua construção material de maneira socialmente articulada, isto é, um projeto de liberdade das mulheres se realiza de forma plena quando sustentado por bases materiais e culturais transformadas, isto é, por uma sociedade civil mobilizada pelo propósito da justiça social e por um Estado comprometido com a emancipação total, pois sem feminismo, não há socialismo possível, e sem o socialismo, não há liberdade plena para as mulheres.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Joana El-Jaick. *O Marxismo e a questão feminina: as articulações entre gênero e classe no âmbito de feminismo revolucionário*. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-24052012-163347/>. Acesso em: 25 jul. 2025.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%. Um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BENGOECHEA, S.; CRUZ SANTOS, M. Las mujeres en la Revolución rusa. *Viento Sur*, n. 150, p. 18-25, 2017. Disponível em: <https://vientosur.info/las-mujeres-en-la-revolución-rusa/>. Acesso em: 12 set. 2025.
- BEZERRA, Elaine. Feminismo popular: a relação entre capitalismo e patriarcado. In: *Boletim Especial Mulheres de Luta do CRESS – MG*, 2018. Disponível em: <https://www.cress-mg.org.br/2018/03/09/feminismo-popular-a-relacao-entre-capitalismo-e-patriarcado/>. Acesso em: 2 set. 2025.
- BEZERRA, Elaine. A revolução será feminista, ou não será! In: *Os desafios do feminismo marxista na atualidade*. Chapecó: Coleção marxismo21, 2020, p. 51-64. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/2020/mes/40.pdf>; Acesso em: 18 ago. 2025.
- BINGHAM, Natasha Lachelle. *En(Gendering) Policy: Gender Policies in Former Soviet Republics*. 2012. Tese (Doutorado) - Louisiana State University. Disponível em: https://repository.lsu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2859&context=gradschool_dissertations. Acesso em: 13 de set. 2025.
- BLAY, Eva Alterman. 8 de março: conquistas e controvérsias. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 601-607, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/zSfcjFQPyGjGDwpR53pQcxc/?format=html&lang=pt> Acesso em: 18 ago. 2025.
- BOITEMPO EDITORIAL. As mulheres que fizeram a Revolução Russa. *Blog da Boitempo*, São Paulo, 19 mar. 2025. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2025/03/19/as-mulheres-que-fizeram-a-revolucao-russa/>. Acesso em: 2 ago. 2025.
- BOITEMPO EDITORIAL. O legado feminista da Revolução Russa. *Blog da Boitempo*, São Paulo, 8 mar. 2025. Disponível em:

<https://www.boitempoeditorial.com.br/blog/2025/03/08/o-legado-feminista-da-revolucao-russa/>. Acesso em: 2 ago. 2025.

BOITEMPO EDITORIAL. A revolução das mulheres: uma antologia necessária. Blog da Boitempo, São Paulo, 10 mar. 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/03/10/a-revolucao-das-mulheres-uma-antologia-necessaria/>. Acesso em: 2 ago. 2025.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

CADÓ, Iriana. Da produção à reprodução: um olhar do feminismo crítico para o trabalho das mulheres. In: MARTUSCELLI, Danilo Enrico (org.). *Os desafios do feminismo marxista na atualidade*. Chapecó: Coleção Marxismo21, 2020.

CAMACHO, M.I.M. *El papel de la mujer socialista en la Revolucion Rusa de 1917*. 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/49531395/El_papel_de_la_mujer_socialista_en_la_Revolucion_Rusa_de_1917. Acesso em 13 set. 2025.

CARDON, Craig. The family: a source of untold wealth. In: KAMELEH, A.; others (org.). *The family in the new millennium: the place of family in human society*. 2007. p. 248-256.

DONALD, Moira. “Bolshevik Activity amongst the Working Women of Petrograd in 1917”, *International Review of Social History*, v. XXVII, p. 129-60, 1982.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2019.

FARIA, Nalu. Desafios feministas frente à ofensiva neoliberal. In: MORENO, Renata; ZELIC, Helena (orgs.). *Feminismo em Resistência – crítica ao capitalismo neoliberal*. Coleção Cadernos Sempreviva. São Paulo: SOF, 2019, p. 13-37.

FARIA, Nalu. *Feminismo, Estado e políticas públicas*. São Paulo: SOF Sempreviva, 2005.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas*. São Paulo: Elefante, 2019.

FRENCIA, Cintia; GAIDO, Daniel. *Feminismo y movimiento de mujeres socialista en la Revolución Rusa*. Ariadna Ediciones, 2018. Disponível em: <https://books.openedition.org/ariadnaediciones/1902>. Acesso em: 10 set. 2015.

FURET, François. *O passado de uma ilusão*. Ensaio sobre a ideia comunista no século XX. São Paulo: Siciliano, 1995.

GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e Revolução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

GONZÁLEZ, Ana Isabel Alvarez. *As Origens e a Comemoração do Dia Internacional da Mulheres*. São Paulo: Expressão Popular; SOF – Sempre Viva Organização Feminina, 2010.

HEYMANN, Luciana. *De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões acerca da produção de legados*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.

HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos. O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JARDIM, Danielle Silva. *Avanços e limites da contribuição soviética para a libertação das mulheres: apontamentos a partir do pensamento de Alexandra Kollontai*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/hommu/handle/1/13405>. Acesso em: 20 jun. 2025.

KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

KOLLONTAI, Alexandra. *As combatentes no Dia do Grande Outubro (1927)*. *Marxists Internet Archive*, 2013. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1927/10/combatentes.htm>. Acesso em: 2 set. 2025.

KOLLONTAI, Alexandra. *A mulher trabalhadora na luta pela sua emancipação econômica (1913)*. *Marxists Internet Archive*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1913/02/23-1.htm>. Acesso em: 2 set. 2025.

KRUPSKAIA, Nádia. *A educação das mulheres trabalhadoras*. Moscou: Edições do Estado, 1925.

LUXEMBURGO, Rosa. *A mulher proletária*. In: LUXEMBERGO, Rosa. *Escritos políticos*. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES (MMM). Declaração política. São Paulo, 2015.

Disponível em:

<https://marchamundialdasmulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/12/Declaracao-Politica-MM-M.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2025.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES (MMM). Marchamos contra as guerras e o capitalismo, defendemos a soberania dos povos e o bem viver. Manifesto 2025. 8 mar. 2025.

Disponível em:

<https://marchamundialdasmulheres.org.br/informativo-nacional-rumo-ao-8-de-marco/>
Acesso em: 16 set. 2025.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico (org.). *Os desafios do feminismo marxista na atualidade*. 1. ed. Chapecó: Coleção Marxismo21, 2020.

MELO, Demian Bezerra de; MONTEIRO, Marcio Lauria. Os ciclos de revisionismo histórico nos estudos sobre a Revolução Russa. *Revista Direito & Praxis*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 2256-2294, 2017.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. *Crítica Marxista*, Campinas, v. 7, n. 11, p. 89–97, 2000. DOI: 10.53000/cma.v7i11.19728. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19728>. Acesso em: 2 ago. 2025.

MULLER, Eliane Fransieli; MOSER, Liliane. *Economia do cuidado*. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/242785>. Acesso em: 9 set. 2025.

OLIVEIRA, Simone Santos; ROTENBERG, Lúcia. 8 de março - Dia Internacional das Mulheres. *Laboreal*, v. 15, n. 1, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/laboreal/1612>. Acesso em: 10 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)*. Nova Iorque: ONU, 1979.

ÖZDEMİR, Burcu. Jenotdel (Komünist Parti Kadın Birimi) ve Türkistan'daki Çalışmaları. *Bilig*, n. 91, p. 161-85, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.12995/bilig.9107>. Acesso em: 13 de set. 2025.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

SENNA, Thaiz Carvalho. O Jenotdel e a questão feminina na Rússia Soviética (1917–1930). 2022. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2022. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/13178>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SENNA, Thaiz Carvalho. Entre a transgressão e a permanência: um panorama do Jenotdel (1919-1930). In: ENCONTRO NACIONAL MARX E MARXISMO, 2017, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://marxismo21.org/cem-anos-da-revolucao-russa/>. Acesso em: 28 jul. 2025.

SENNA, Thaiz Carvalho. Zhenotdel - A seção de mulheres do partido bolchevique soviético, *História & Luta de classes*, n. 17, p. 77-80, 2014. Disponível em: <https://dev.historiaelutadeclases.com.br/upload/arquivo/2017/11/ced5979e90c3b32ceaf872cab18b0c8502bcbb43>. Acesso em: 12 set. 2025.

VOGEL, Lise. *Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory*. New Jersey: Rutgers University Press, 1983.

WOOD, Elizabeth A. *The Baba and the Comrade: Gender and Politics in Revolutionary Russia*. Bloomington: Indiana University Press, 2000.

ZETKIN, Clara. A questão das mulheres e a luta contra a reforma social. In: ZETKIN, Clara. *Luta de classes e questão de mulher: textos escolhidos*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.